



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital.

Nome da Empresa:.....

CNPJ:.....

Endereço:.....nº.....Bairro:.....

Cidade:Estado:.....

Telefone:.....Fax:

E-mail:

Pessoa para contato:

Obtivemos através do acesso à página www.conselheirolafaiete.mg.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local:

Data: ____/____/2021.

Assinatura:

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remeter à Comissão Permanente de Licitação, pelo e-mail: licita.lafaiete@gmail.com.

A não remessa do recibo exime o Município de Conselheiro Lafaiete da responsabilidade da comunicação por meio de fax ou e-mail de eventuais esclarecimentos e retificações corridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 045/2021

Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital.

•APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Dia 07/05/2021 a partir das 09h:30min.

•ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 07/05/2021 a partir das 09h:30min.

•PRAZO FINAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:

Dia 07/05/2021 a partir das 09h:30min.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas comerciais e a abertura da sessão serão reanalisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e divulgadas nos órgãos competentes.

•LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

Edifício Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - 2ª Subseção, situado na Praça Barão de Queluz, nº 30, Centro, CEP 36.400-041, Conselheiro Lafaiete – MG.

•CONSULTAS AO EDITAL:

Pela internet, no site deste município, no endereço: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br e, também pelo e-mail: licita.lafaiete@gmail.com.

•ESCLARECIMENTOS:

Através do e-mail: licita.lafaiete@gmail.com, e pelo telefone (31) 3769-2533.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital.

ÍNDICE:

1 - PREÂMBULO.....	
2 - ÓRGÃO REQUISITANTE.....	
3 - OBJETO.....	
4 - CONSULTAS E AQUISIÇÃO DO EDITAL.....	
5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	
6 - CREDENCIAMENTO.....	
7 - APRESENTAÇÃO PROPOSTA COMERCIAL E DOC. HABILITAÇÃO	
8 - PROPOSTA COMERCIAL	
9 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	
10 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO	
11 - IMPUGNAÇÕES	
12 - RECURSOS	
13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	
14 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ CONTRATO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO.....	
15 - PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	
16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
17 - DISPOSIÇÕES GERAIS	
18 - DA DESCRIÇÃO/QUANTIDADES E VALOR DE REFERÊNCIA.....	
19 - DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS AMOSTRAS	
20 - DO FORO.....	
ANEXO I.....	
ANEXO II.....	
ANEXO III.....	
ANEXO IV.....	
ANEXO V.....	
ANEXO VI.....	
ANEXO VII.....	
ANEXO VIII.....	
ANEXO IX.....	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 045/2021

Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Conselheiro Lafaiete do Estado de Minas Gerais, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pelas Portarias nº 24/2021 e 31/2021, com endereço na Av. Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, CNPJ/MF 19.718.360/0001-51, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 045/2021, na Modalidade de Pregão Presencial nº 019/2021, Registro de Preço nº 018/2021, do Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. O processo será regido pelas disposições legais e condições estabelecidas no presente Edital, pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, pelos Decretos Municipais nº 261/2007, nº 366/2008 e 490/2019, pela Lei Municipal nº 5.354/2011 e suas alterações posteriores e pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1.2. A sessão de abertura do certame será realizada no Edifício Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - 2ª Subseção, situado na Praça Barão de Queluz, nº 30, Centro, CEP 36.400-041, Conselheiro Lafaiete - MG.

1.2.1. Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 586, de 22 de abril de 2020, que *“Torna obrigatório o uso de máscaras, como ação temporária de prevenção, enfrentamento e contingenciamento da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus (COVID-19), no âmbito do município de Conselheiro Lafaiete e dá outras providências”*, os interessados em participar da licitação deverão utilizar **máscara de proteção, cobertura sobre o nariz e a boca e/ou outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da COVID-19**, sob pena de restar impedida a entrada e a permanência no local (art. 1º, parágrafo único, Decreto Municipal nº 586/2020).

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG: Sr. Alisson Dias Laureano, designado pela Portaria nº 24/2021, auxiliado pelos membros que constituem a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 31/2021. Na ausência do Pregoeiro, exercerá a função o 01º membro constante da referida Portaria.

2. ÓRGÃO REQUISITANTE

2.1. Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Pregão Presencial o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital.**

4. CONSULTAS E AQUISIÇÃO DO EDITAL

4.1. Cópia deste instrumento convocatório estará disponível através do e-mail: licita.lafaiete@gmail.com, isento de custos, e também permanecerá o extrato disponível no site do Município: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br, podendo ainda ser obtido junto ao Setor de Licitação, situada na Av. Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026. Informações através do telefone: (31) 3769-2533, no horário de 12:00 às 16:00 horas.

4.2. As empresas e/ou representantes obrigam-se a acompanhar as publicações referentes a este processo no site www.conselheirolafaiete.mg.gov.br e as publicações no Diário Oficial “Minas Gerais”, com vista a possíveis alterações e avisos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam a todas as condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, sendo exclusivos para as ME's, MEI'S e EPP's, os itens estimados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme item 18 deste Edital.

5.2. Participarão da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

5.3. Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.3.1. Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.3.2. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de conglomeração; uma vez se tratar de prestação de serviços comuns e/ou que empresas participantes em forma isoladas conseguem suprir a demanda do objeto licitado sem prejuízo ao erário, conforme orientações do Tribunal de Contas;

5.3.3. Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

5.3.4. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3.5. Que não apresentar Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme exige o item 6.4.

5.4. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5.5. Os licitantes que enviarem os envelopes, "Documentação de Habilitação" e "Proposta Comercial", sem representante credenciado, terão suas propostas incluídas no certame, desde que devidamente classificadas, estando o licitante sujeito aos dispositivos da Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

6. CREDENCIAMENTO

6.1. Dia/Horário de credenciamento: Dia 07/05/2021 a partir das 09h:30min.

6.2. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento no horário designado, e entregar ao Pregoeiro, **cópia autenticada ou** cópia simples devidamente acompanhada dos respectivos originais dos seguintes documentos, que ficarão retidos para compor o processo licitatório:

6.2.1. Carteira de identidade ou documento legal equivalente;

6.2.2. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e de todas as suas alterações **ou** da consolidação respectiva, devidamente registrados, em se tratando de sociedade empresária e sociedade simples, e quando for o caso, acompanhado de documentos que comprovem seus administradores;

6.2.3. Documento que o credencie a participar deste certame – **procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, facultado o reconhecimento de firma nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 13.726/2018, desde que apresentado o documento de identidade do signatário, para confrontação da assinatura, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente** –, através da qual lhe sejam atribuídos poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.

6.2.3.1. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do **ANEXO III** e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

6.2.3.2. Em caso de documentos firmados por assinatura digital, deverá ser providenciado pelo licitante a remessa eletrônica ou apresentação de mídia contendo o arquivo digital original para verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

6.3. A exceção à regra estabelecida no item 6.2 é o sócio, o proprietário ou o dirigente da empresa licitante, que ao possuir poderes para agir isoladamente em nome da empresa, poderá apresentar apenas os documentos especificados nos itens 6.2.1 e 6.2.2 para seu credenciamento.

6.4. Apresentar Declaração dos interessados **ou** seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, a teor do que dispõe o art. 4.º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a qual deverá ser entregue no ato do credenciamento, podendo obedecer ao modelo do **ANEXO V** e, se não o fizer, deverá conter todos dados informativos necessários.

6.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar 147/2014 deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador**, de que se enquadra como Microempresa ou de Empresa Porte ou Equiparada micro (Anexo VI) e/ou certidão simplificada emitida pela Junta Comercial, com emissão não superior a 06(seis) meses.

6.5.1. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

6.5.2. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 6.5, será considerado que o licitante optou por renunciar aos benefícios previstos.

6.6. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

6.7. Não será permitida a participação do mesmo representante para mais de uma empresa.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de Habilitação e os da Proposta Comercial deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, respectivamente, as seguintes informações:

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021**

**ENVELOPE Nº 01
“PROPOSTA COMERCIAL”**

RAZÃO SOCIAL - ENDEREÇO e E-MAIL

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021**

**ENVELOPE Nº 02
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**

RAZÃO SOCIAL - ENDEREÇO e E-MAIL

7.1.1. No caso de protocolo/envio dos documentos anteriormente à data prevista para sessão pública, toda a documentação deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

8. PROPOSTA COMERCIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

8.1. A Proposta de Preço deverá ser em 01 (uma) via, impressa **preferencialmente** em papel timbrado do licitante ou identificado por meio de carimbo de CNPJ, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.

8.1.1. **Devido à extensa quantidade de itens a serem licitados, e à necessidade de eficiência e razoável duração dos atos do certame, fica estabelecido que as licitantes poderão entregar juntamente com a proposta impressa, arquivo em mídia digital (gravado em CD) contendo via digital da proposta, que deverá ser preenchida conforme o formulário disponibilizado no site do Município (www.conselheirolafaiete.mg.gov.br) juntamente com este Edital, de modo a agilizar o lançamento dos dados das propostas no sistema informatizado da licitação. Em caso de divergência entre as vias digital e impressa, prevalecerão as informações contidas na proposta impressa.**

8.1.2. A mídia contendo a via digital da proposta deverá ser apresentada dentro do envelope contendo a proposta comercial impressa, e será anexada ao processo licitatório.

8.2. A proposta deverá constar **preferencialmente** as seguintes especificações: a) nome, endereço, CNPJ/MF e inscrição estadual; b) número do processo e do Pregão; c) ser apresentada no formulário fornecido pelo Município, Anexo II deste Edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas.

8.3. A proposta deverá ser redigida com clareza e de forma objetiva, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, **assinada pelo Representante Legal**, rubricadas e numeradas em todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, devendo, ainda:

a) Ter validade **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

b) Ser apresentada com cotação de preços do objeto deste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e também, preferencialmente, por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta.

c) Constar preço do Objeto constante do Item 18 deste Edital. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último. **A proposta deverá conter marca, descrição dos produtos, unidade, valor unitário e valor total.**

8.3.1. Os licitantes deverão informar na proposta os números do Certificado de Aprovação (CA) e do Registro da ANVISA aplicável ao produto cotado.

8.4. A proposta comercial dos licitantes interessados **não** poderá ultrapassar o valor máximo estipulado na estimativa de valores auferida pela coleta dos orçamentos pela Administração Pública.

8.5. É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções, bem como somente serão admitidas propostas que ofertem apenas um único preço para cada item licitado.

8.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

8.7. O preço deverá ser cotado considerando-se a aquisição do produto, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no item 18 do Edital incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios, bem como a descrição detalhada observando as especificações exigidas no item 18 do Edital

8.8. A proposta deverá indicar a marca do(s) produto(s) cotado(s), bem como a descrição detalhada observando as especificações exigidas no item 18 deste edital e no Anexo I – Termo de Referência.

8.9. Toda a especificação estabelecida para o objeto neste Edital será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua PROPOSTA COMERCIAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

8.10. O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.12. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotadas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser prestados ao Município sem ônus adicional.

8.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.

8.14. A proposta poderá referir-se a toda aquisição especificada no item 18 do Edital ou a parte dele, podendo a licitante concorrer apenas nos itens/lotes que forem de sua preferência.

8.15. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar assessoramento técnico a órgãos, comissões técnicas especializadas ou profissionais com formação acadêmica pertinente ao objeto licitado, de forma a fundamentar as decisões.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1. Cédula de Identidade (Sócio/Representante legal).

a.1) Poderá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.2. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual;

9.1.3. Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e de todas alterações ou da consolidação respectiva. Devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e sociedade simples, e quando for o caso, acompanhado de documento comprovando os seus administradores;

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devendo todos os documentos estarem traduzidos para o vernáculo por tradutor oficial;

9.1.6. Em qualquer dos casos acima enumerados, o **objeto** constante do ato constitutivo da empresa deverá ser **compatível** com o objeto licitado.

9.2. Qualificação Econômico-Financeira

9.2.1. Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de validade não superior a 90 (noventa) dias, contados a partir da sua emissão, se outro prazo não constar do documento.

9.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizada;

9.3.2. Prova de Regularidade do FGTS;

9.3.3. Prova de inexistência de débitos trabalhistas (CNDT);

9.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e prova de Regularidade do INSS (Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal – PGFN);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

9.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

Obs: Certidão Negativa de Débitos Municipais ou qualquer documento hábil que comprove a Regularidade com a Fazenda Pública Municipal em relação a todos os Tributos, Multas e Dívida Ativa (Certidão Plena). No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários.

9.4. Declaração do licitante demonstrando a regularidade no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, e para fins do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, combinado com o art. 1º do Decreto Federal nº 4.358, de 05/9/2002, e no objetivo de cumprir a exigência do Inciso V, do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, conforme modelo sugerido no **ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO**.

9.5. Declaração do licitante demonstrando que cumpre a cota de menor Aprendiz conforme termos legais, conforme modelo sugerido no **ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE A COTA DE MENOR APRENDIZ**, facultativa ao licitante que atender à comprovação prevista no item 6.5 do Edital.

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Serão exigidos os seguintes documentos de qualificação técnica:

a) Em relação aos **itens 01, e 06 ao 32**: Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em nome do licitante, e/ou comprovante da respectiva publicação no Diário Oficial da União;

b) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais. (DEVERÁ SER APRESENTADO POR TODOS OS LICITANTES PARTICIPANTES).

c) Em relação aos **itens 01, e 06 ao 32**: Alvará de Licença Sanitária do Licitante ou Documento Equivalente que comprove situação ativa, expedido pela Vigilância Sanitária ou Órgão de Competência.

9.6.2. Se a Empresa licitante possuir filiais, as documentações a serem apresentadas deverão ser apenas da empresa matriz participante, ficando desde já ressaltado que a contratação se efetivará com a pessoa jurídica ofertante da documentação em comento.

9.6.3. Os documentos de qualificação técnica elencados acima serão analisados pelos membros da Comissão Especial de Análise nomeada pela Portaria nº 238/21 que se fará presente em todas as sessões do certame.

9.7. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

9.8. A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio do Pregão.

9.9. Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua expedição, com exceção do previsto no item 9.2.1.

9.10. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em **original**, por qualquer processo de **cópia autenticada** por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.11. As autenticações somente serão feitas pela Equipe de Apoio e Pregoeiro mediante **cotejo da cópia com o original**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

9.12. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

9.13. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido neste título, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

9.14. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante.

9.15. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original se for substituído por cópia reprográfica autenticada.

10. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, proceder-se-á da seguinte forma:

10.1.1. O Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que **não** mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação apresentados:

a) pelos participantes com representantes devidamente credenciados;

b) pelos licitantes que não se fizerem representados fisicamente, mas que protocolizarem devida e tempestivamente a documentação necessária ao certame; e,

c) pelos licitantes aptos à participarem do certame, cuja documentação para credenciamento de representante, porém, não atender às exigências do edital.

10.1.1.1. Quanto aos licitantes sem representante credenciado, considerar-se-á a renúncia aos direitos de manifestação oficial, de formular lances e de recorrer dos fatos ocorridos na sessão.

10.1.2. Ato contínuo, serão abertos os envelopes contendo a Proposta Comercial, verificando-se a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

10.1.3. Verificado que a conclusão dos trabalhos demandará tempo incompatível com a razoável duração da sessão, será facultado ao Pregoeiro encerrar a sessão, designando nova data para retomada dos trabalhos;

10.1.4. A data da sessão de continuidade será definida preferencialmente ao final da sessão inaugural, com imediata cientificação dos presentes, e subsequente publicação no site oficial do Município.

10.2. Classificação das Propostas Comerciais

10.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2.2. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio.

10.2.2.1. Serão corrigidos os valores dos preços totais dos itens, conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre os valores de preço unitário, e mediante expressa anuência do licitante.

10.2.2.1.1. Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

10.2.3. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

10.2.4. O Pregoeiro, classificará para a próxima etapa, a proposta de Menor Preço e todas aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores possam ofertar lances verbais.

10.2.4.1. Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.2.5. Nos termos da Lei 8666/1993, art. 45, § 2º, estabelece-se que no caso de empate entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

10.2.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.2.6.1. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.2.6.2. Se a licitante for **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no Pregão.

10.2.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Pregão deverá o Pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto no subitem 10.2.10.1.

10.2.9. No caso de verificação de **irregularidades** nas certidões exigidas para habilitação da licitante, somente no caso do subitem 10.2.10.1, a Equipe de Apoio, em havendo disponibilidade dos dados necessários em sites oficiais, fará a consulta para saneamento das falhas encontradas, e, extrairá o respectivo comprovante para juntada aos outros.

10.2.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) QUE ATENDEREM O PREVISTO NO SUBITEM 6.5

10.2.10.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, as MEI, ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Conforme Lei Complementar nº 155/2016, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.2.10.2. Nos termos do artigo 18 da Lei Municipal 5.354/2011 combinado com os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

10.2.10.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A MEI, ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação de MEI, ME ou EPP, na forma da letra a., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.2.10.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI, ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.2.10.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos subitem 10.2.10.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

e) O disposto neste subitem 10.2.10.2 somente se aplicará quando melhor oferta inicial não tiver sido apresentado por MEI, ME ou EPP.

f) A MEI, ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.3. Lances Verbais

10.3.1. Aos licitantes que tiverem suas propostas classificadas, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, e assim sucessivamente até o autor da proposta de menor preço.

10.3.2. Se, antes de iniciada a etapa de lances verbais, verificar que duas ou mais propostas ficaram empatadas em absoluta igualdade de condições, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

10.3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.4. Julgamento

10.4.1. O critério de julgamento do objeto licitado será feita por **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor nela discriminados, decidindo motivadamente a respeito.

10.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor percentual e o valor estimado da contratação.

10.4.4. Havendo apenas uma única oferta, desde que atenda a todos os termos do edital e seu percentual seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

10.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.4.6. Constatado o atendimento pleno das exigências, será declarado o licitante vencedor, e ausente a manifestação do interesse em recorrer por qualquer interessado, ser-lhe-á adjudicado o objeto proposto.

10.4.7. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

10.4.8. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

10.4.9. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, representante técnico e pelos licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

10.4.10. Decididos os recursos ou transcorrido in albis o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”.

10.4.11. O Pregoeiro poderá reter o envelope de documentação deste Pregão que não for aberto, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, devendo o licitante retirá-lo após este período, sob pena de serem inutilizados.

10.4.12. O licitante, em caso de não haver manifestação de Recurso ou qualquer etapa posterior para complementação da adjudicação, poderá requerer no ato final da sessão a devolução dos envelopes de “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, devendo a decisão ser analisada pela Pregoeiro.

11. IMPUGNAÇÕES

11.1. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer licitante ou cidadão, mediante protocolo presencial ou via postal, no prazo de **até 02** (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme estabelece o artigo 12, do Decreto 261/2007, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, devendo:

11.1.1 **No caso de protocolo presencial:** ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Prof. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

11.1.2 **No caso de protocolo via postal:** serem encaminhadas ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Prof. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados do Pregoeiro Oficial, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, a documentação exigida nos itens 11.4 e 11.5.

11.2. A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá impugnações por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por impugnações endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.

11.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, de acordo com artigo 12, §1º do Decreto 261/2007.

11.4. Para Impugnação do edital, o interessado ou licitante deverá apresentar junto com suas razões, os documentos necessários que identifiquem a empresa ou pessoa física (caso não seja sócio ou proprietário, deverá apresentar procuração registrada no cartório), bem como que identifique suas alegações.

11.5. Deverão ser entregues junto ao pedido de impugnação os seguintes documentos originais, autenticados por cartório, ou cópia simples devidamente acompanhada do original para conferência pelos servidores municipais, em caso de pessoas jurídicas:

11.5.1. Contrato Social e alterações da empresa licitante.

11.5.2. Cópia do documento de identidade.

11.5.3. Procuração por instrumento público ou particular, outorgando poderes para representar a licitante perante a Administração Pública municipal.

11.5.4. Em se tratando de pessoa física, deverá ser apresentado o documento de identificação oficial.

11.6. A resposta à impugnação será divulgada através de comunicado a todos os licitantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá declarar imediata e motivadamente o interesse em recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões pelo prazo comum de igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente para juntada de suas razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação, conforme artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 e art. 11, inciso XVII, do Decreto Municipal nº 261/2007.

12.2. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com aplicação subsidiária ao artigo 109, inciso I, da Lei 8666/1993.

12.3. Interposto o recurso terá efeito suspensivo, caso haja o acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Será admitida a **interposição** mediante protocolo presencial ou via postal, sendo que os recursos cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.4.1. Ser apresentado em uma via original, datilografada ou processada por computador, contendo razão social, CNPJ, endereço e, preferencialmente, endereço eletrônico, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.

12.4.2. **No caso de protocolo presencial:** ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, no horário de 12h às 16h, onde será efetuado o protocolo de recebimento.

12.4.3. **No caso de protocolo via postal:** ser encaminhado ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sito à Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP 36.400-026, aos cuidados do Pregoeiro Oficial, em envelope lacrado contendo, em sua parte externa, a identificação completa do remetente, e, no seu interior, o documento nos moldes descritos no item 12.4.1.

12.5. Interposto recurso, dele será dada ciência aos demais licitantes, através de e-mail, que poderão impugná-lo no prazo previsto no item 12.1, observadas as formas de interposição contidas no item 12.4.

12.6. O resultado do recurso será divulgado através de comunicado a todos os licitantes via **correio eletrônico** e pelo **site oficial** do município, e, caso a legislação assim determine em determinados casos, também através da publicação na Imprensa Oficial e em jornais de grande circulação.

12.7. A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete não admitirá a interposição de recursos por meios não previstos neste Edital, tampouco se responsabilizará, no caso de protocolo via postal, por recursos endereçados e/ou entregues em locais diversos do Setor de Licitação, deixando de conhecer aqueles que não sejam recebidos no prazo legal.

12.8. A falta declaração imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.9. Nos termos do artigo 18 do Decreto Municipal 261/2007, a autoridade competente para determinar a contratação, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante ato escrito e fundamentado.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto licitado será feita por **MENOR PREÇO POR ITEM** observado o disposto no subitem 10.4.1 do Título 10.

13.2. Inexistindo declaração recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente, ao mesmo tempo, adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ CONTRATO, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

14.1. A Ata terá vigência de 12 meses.

14.1.1. O contrato terá vigência de 12 meses, na hipótese de contratação do saldo remanescente da Ata, nos termos da Lei 8.666/93.

14.2. Após a homologação do processo licitatório, o(s) ganhador(es), através do(s) representante(s) legal(s), deverão comparecer entre o 07º e o 15º dia após a homologação do certame para assinatura da Ata, no horário estabelecido, no Setor de Contratos, situado na Av. Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro–Conselheiro Lafaiete/MG, tel.: (31) 3769-2569. Em concordância com o artigo 40, inciso II e o artigo 64 da Lei 8.666/93, a Administração Pública estabelece que o ganhador que não comparecer no prazo determinado, sofrerá penalidades, sob infortúnio de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 desta lei.

14.2.1. Quando o fornecedor não atender ao item 14.2 para firmar contrato ou não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificar os motivos para a Administração ou apresentar justificativa não aceita pela mesma, poderá esta convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, por item, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.2.2. As licitantes classificadas a partir do 2º lugar poderão aderir ao preço do 1º colocado através de manifestação de vontade por escrito para convocação pelo inadimplemento do 1º colocado.

14.3. A Secretaria solicitante será responsável por receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, observados os artigos 67 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, os servidores Diane Assis Coura Fidelis; Lysiane de Andrade Neto Amorim; Marcelo Barbosa; Glayson da Silva Barbosa, Monalisa Guimarães dos Santos e Tatiane Rezende Tavares Lana lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

14.3.2. Os servidores Diane Assis Coura Fidelis; Lysiane de Andrade Neto Amorim; Marcelo Barbosa; Glayson da Silva Barbosa, Monalisa Guimarães dos Santos; Tatiane Rezende Tavares Lana, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, farão a gestão do contrato, ficando responsáveis por verificar lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.

14.4. O Município de Conselheiro Lafaiete reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste edital, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

14.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação.

15. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado conforme o item 14 do Anexo I – Termo de Referência.

15.2. No texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da contratada.

15.3. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

15.4. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

15.5. O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço, forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

15.6. O quantitativo previsto no objeto deste termo reflete apenas a possibilidade de aquisição dos produtos, no período de 12 (doze) meses.

15.6.1. Por se tratar de quantitativo estimado, não se obriga a PMCL a contratar tal quantitativo, sendo certo que, para efeito de pagamento, só serão considerados os produtos realmente solicitados pela Administração.

15.7. O Município de Conselheiro Lafaiete/MG reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento convocatório, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas na Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/1993 e Legislação Municipal.

15.8. A Ata/Contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser cancelado a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

15.9. Até a assinatura da Ata/Contrato, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o Município de Conselheiro Lafaiete tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

15.10. Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, o Município de Conselheiro Lafaiete poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

15.11. A dotação orçamentária para o exercício de 2021, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, conforme disposto no item 18 do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

a) As partes das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2021 correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

15.12. Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.

15.13. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

15.14. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Não cumprimento do constante neste edital e seus anexos, pela inexecução total ou parcial da Ata/Contrato, estará sujeito as penalidades previstas no art. 7º Lei 10.520/2002, subsidiariamente a Lei Federal 8666/93 e demais dispositivos legais que regem a presente licitação.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1.1. Anexo I - Termo de Referência - Especificação do Objeto;

17.1.2. Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

17.1.3. Anexo III - Modelo de Carta de Credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

17.1.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

17.1.5. Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Cumprimento aos Requisitos da Habilitação;

17.1.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

17.1.7. Anexo VII - Modelo de Declaração que Cumpre a Cota de Aprendiz;

17.1.8. Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preço;

17.1.9. Anexo IX - Minuta de Contrato de Fornecimento.

17.2. A licitante é responsável pela veracidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3. Este instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.4. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

17.5. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original se for substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desclassificados e envelopes "Proposta Comercial" de licitantes inabilitados.

17.6. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.7. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação das cópias simples que deverão estar obrigatoriamente, acompanhada dos documentos originais para conferência do Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

17.8. As **cópias simples** deverão estar obrigatoriamente, acompanhadas dos **documentos originais** para conferência, na sessão, pela Equipe de Apoio.

17.9. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.10. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.11. As decisões do Pregoeiro serão encaminhadas as partes interessadas, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e divulgadas no site www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.

17.12. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Conselheiro Lafaiete revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

17.13. O Município de Conselheiro Lafaiete poderá alterar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, o que será divulgado pela mesma forma que se deu o texto original do Edital.

17.14. Poderão ser solicitados por qualquer licitante informações ou esclarecimentos complementares em até 02 (dois) dias úteis anteriores a sessão.

17.15. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

17.16. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.17. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

17.18. Os produtos deverão ser entregues na Rua José Domingues Alves Baeta, S/N (andar térreo da Policlínica Municipal), Centro, Conselheiro Lafaiete/MG, CEP: 36.400-041, ou outro endereço indicado na Autorização de Empenho, obrigatoriamente, durante o horário comercial de 07h00min as 16h00min horas de 2ª a 6ª feira.

17.19. A PMCL não se responsabiliza por mercadorias entregues em locais que não foram informados pelo setor requisitante, conseqüentemente, pelo pagamento das Notas Fiscais correspondentes.

18. DA DESCRIÇÃO/QUANTIDADE E DO VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO (R\$)	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL(R\$)
01	670.000	UNID	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TECIDO TNT: Produto atóxico e não estéril. Leve e respirável com resistência à umidade, faixas para amarração na cintura e no pescoço e com o punho elástico. Produto de uso individual, oferece proteção superior e praticamente elimina a contaminação cruzada. Produzidos em material não-tecido, também conhecido como o polipropileno, um material de uso único. Características Gerais: São descartáveis; garante resistência à umidade, à abrasão e à ação de fungos e bactérias; elevada inércia química; Leveza; não estéril; Atóxica, não inflamável e esterilizável; não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc....) e apresenta impermeabilidade de 80%. GRAMATIURA - 60 GRAMAS. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. REGISTRO ANVISA.	17,55	11.758.500,00
02	1.250	UNID	AVENTAL DE SEGURANÇA TRANSPARENTE: Descrição: Avental de segurança confeccionado em laminado de PVC na cor branca, ilhoses de PVC soldados eletronicamente e três tiras para ajuste. Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. Tamanho aproximado: Espessura 0,28mm a 0,30 mm, Comprimento: 120 cm, Largura: 70 cm. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	16,20	20.250,00
03	650	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL DE SEGURANÇA:	83,58	54.327,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			<p>Antiderrapante, inclusive em superfície escorregadia que contém resíduos de óleo, detergente, sabão, etc. Ergonômico e ortopédico. Anatomia perfeita ajuda a manter os pés corretos, evitando lesões, protegendo ossos e juntas. Altura adequada no salto, proporciona conforto, colocando seu corpo em equilíbrio e alinhamento natural, fazendo com que o peso do corpo seja distribuído por igual entre as partes traseira e dianteira dos pés. Alta absorção de impacto. Possui bactericida, evita o odor nos pés. Design arrojado e moderno. Leve, macio, flexível, extremo conforto. Impermeável, facilmente lavável. Durável e resistente. Reciclável. Podendo ser preto ou branco. Tamanho: livre escolha de numeração 33 ao 46. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>		
04	200	PAR	<p>CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA EM EVA CANO MÉDIO COM SOLADO ANTIDERRAPANTE TAM: 33 AO 46: Confeccionada em Policloreto de Vinílica (PVC) injetado em uma só peça e massa nitrílica de alta qualidade; possuir revestimento interno em poliéster; Solado confeccionado em policloreto de vinila (PVC), expandido, injetado diretamente no cabedal e ranhuras 9,7 mm no salto; Altura do cano - 24cm; em conformidade com a ISO 20344/2008 e ISO 20347/2008. Características e aplicabilidades: Para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e contra umidade proveniente de operações com uso de água; Formulação especial com polímero plástico reforçado com PVC e massa nitrílica, tornando o produto resistente; manter sempre limpa e ventilada após o uso. TAMANHO: livre escolha de numeração 33 ao 46. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deverá ter no máximo (06) meses. No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>	41,36	8.272,00
05	250	UNID	<p>CREME PROTETOR DE SEGURANÇA 3 em 1: Creme protetor de segurança, classificado como Grupo 3 Especial, composto de: água, poliacrilato de sódio, dipropileno glicol, PVP (polivinil pirrolidona), diestiril bifenil dissulfonato de sódio, lauril pirrolidona, copolímeros de PVP/eicoseno, iodopropinil butil carbamato, óleo mineral, cera de abelha, propilparabeno, BHT, oleato de sorbitano, diazolidinil uréia, fragrância. Frasco com 120 ml. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deverá ter no máximo (06) meses. No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>	25,11	6.277,50
06	9.500	CAIXA C/ 100 UNID	<p>LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não</p>	119,69	1.137.055,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
07	12.500	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	119,69	1.496.125,00
08	19.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	119,69	2.274.110,00
09	16.000	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o	119,69	1.915.040,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
10	10.000	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO GG SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	119,69	1.196.900,00
11	9.500	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	125,24	1.189.780,00
12	12.500	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	125,24	1.565.500,00
13	19.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser	125,24	2.379.560,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
14	16.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	125,24	2.003.840,00
15	10.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO GG: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	121,03	1.210.300,00
16	8.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°6,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	6,02	48.160,00
17	12.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°7, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do	6,02	72.240,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
18	12.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°7,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	6,02	72.240,00
19	16.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°8, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	6,02	96.320,00
20	10.500	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°8,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	6,02	63.210,00
21	10.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°6,5, anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS:	3,97	39.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
22	10.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°7 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	3,97	39.700,00
23	12.500	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°7,5 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	3,97	49.625,00
24	12.500	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°8 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	3,97	49.625,00
25	19.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°8,5 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	3,97	75.430,00
26	2.500	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 7 OU P: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm.	5,41	13.525,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			<p>Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>		
27	2.500	PAR	<p>LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 8 OU M: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>	5,41	13.525,00
28	2.500	PAR	<p>LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 9 OU G: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>	5,41	13.525,00
29	2.500	PAR	<p>LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 10 OU GG: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado.</p>	5,41	13.525,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			<p>Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>		
30	40.000	CAIXA C/ 50 UNID	<p>MÁSCARA CIRURGICA: Solda por ultrassom; Gramatura 54; Cor branca; com elástico roliço 3 mm; Camada tripla: duas externas de não tecido (TNT) 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana; Eficiência de filtração de partículas - EFP (%) ≥ 98, Eficiência de filtração bacteriana - BFE (%) ≥ 95, Pressão diferencial ΔP Respirabilidade (mmH2 O) ≤ 4, garantindo maior proteção seguindo ABNT NBR 15052. Fixada por elástico; clipe para ajuste nasal; Plana, flexível e porosa; não liberar fiapos; Hipoalergênico e atóxico; Inerte e antisséptico; Descartável. Ter boa resistência mecânica; Baixa condutividade térmica; Baixa inflamabilidade. Registro ANVISA. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Caixa com 50 unidades.</p>	35,80	1.432.000,00
31	94.000	UNID.	<p>MÁSCARA FACIAL N 95: COMPOSIÇÃO: Constituído por uma concha interna de sustentação - composta de não-tecido moldado em fibras sintéticas por um processo sem resina. Sobre esta concha é montado o meio filtrante composto por microfibras tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador é composta por um não-tecido cor verde tratada com material para não absorção de fluidos líquidos, que protege o meio filtrante evitando que as fibras possam se soltar. A este conjunto são incorporadas 2 bandas de elástico, uma tira de espuma e um grampo de ajuste nasal necessário para manter o respirador firme e ajustado na face do usuário. Especificações Técnicas: Filtro para Particulados: classe PFF-2 / N95; Eficiência mínima de filtração de 95%; BFE > 99% (Eficiência de Filtração Bacteriológica); Formato Concha; Resistente a fluidos; Indicada para redução da exposição ocupacional a aerossóis contendo agentes biológicos potencialmente patogênicos e/ou infecciosos, tais como: Agentes etiológicos da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG/SARS); Tuberculose; Influenza Aviária Altamente Patogênica (A/H5N1); Influenza A/H1N1 - (Gripe Suína); Varicela, Sarampo, entre outros microrganismos cuja via de transmissão seja predominantemente aérea. Filtro para particulados: classe PFF-2; Eficiência mínima de filtração de 95%; Formato concha; Fabricado, testado e aprovado no Brasil; aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: CA; Registro do Ministério da Saúde: ANVISA. Certificação INMETRO. Embalagem contendo especificações do fabricante, lote, data de fabricação, data de validade de no mínimo 3 anos no ato da entrega. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06.</p>	10,93	1.027.420,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
32	2.500	UNID	MACACÃO DE SEGURANÇA: confeccionado em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com filme de polietileno microporoso, capuz de duas peças com elástico, fechamento frontal com zíper bidirecional sem aba protetora, elástico na cintura, punhos e tornozelos. Resistência química - Tipo 6 - ISO 16602:2007. Resistência mecânica - ISO 16602:2007 Tamanhos. Disponíveis nos tamanhos: EP, P, M, G, EG e EEG. Material laminado microporoso. Tratamento antiestático. Gramatura: 50 g/m². NÃO CONTÉM LÁTEX EM SUA COMPOSIÇÃO. Validade: 5 anos da data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2.500 Unidades.	35,21	88.025,00
33	3.000	UNID.	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO PROFISSIONAL: Fabricado em policarbonato virgem de alta qualidade, curvatura lateral de suas lentes aumenta a área de proteção. Tratamento antirrisco e antiembaçante. DESCRIÇÃO: Óculos de segurança confeccionado em policarbonato óptico, com armação de nylon e hastes com comprimento regulável. Filtra 99,9% dos raios UVA/UVB, visor transparente, com tratamento especial anti-fog (antiembaçante), confeccionado em uma única peça de policarbonato com lentes curvas para oferecer proteção lateral, maior visão periférica. Lente incolor: Proteção contra impactos. Especificações Técnicas: C.A. Apoio nasal e abas de proteção lateral no mesmo material da lente; Armação preta; Hastes reguláveis tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário; Norma Técnica: ANSI.Z.87.1/2003. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	12,68	38.040,00
34	5.000	UNID.	PROTEOR SOLAR: OBJETIVO: Proteção da pele contra radiação UVA e UVB. DESCRIÇÃO: Bloqueador solar tipo loção com Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo de 30; com componentes que promovam barreiras físicas e químicas aos raios UV, devendo ser de amplo espectro: Radiação UVA (320 – 400 nm), Radiação UVB (290 – 320 nm), O produto deverá apresentar odor suave e agradável, livre de substâncias oleosas (oil-free), antialérgico, não comedogênico; Frasco com 120 ml; O produto deve ter ação de repelente de insetos como mosquito da dengue. VALIDADE DO PRODUTO: O produto deverá ter um prazo de validade de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de fabricação. A validade do produto deverá ser estampada na embalagem. A data de fabricação e/ou o número do lote deverá estar estampada na embalagem. IDENTIFICAÇÃO: Este produto deverá ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	32,32	161.600,00
35	1.000	UNID.	PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA: Proteção da face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais. DESCRIÇÃO: Protetor facial, tipo escudo, com visor em policarbonato incolor. Largura curvada de 39,5 cm a 40,5cm e altura de 20cm, espessura de 1,20mm. Proteção UV. Testeira em plástico rígido acoplada a suspensão por meio de parafusos. Visor removível para manutenção, fixado a coroa através de 5 pinos metálicos. Suspensão com ajuste por sistema de catraca de diâmetro horizontal e ajuste simples para diâmetro vertical. TAMANHO:	23,28	23.280,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			único. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.		
36	7.000	PCT C/ 100 UNID	TOUCA DESCARTÁVEL: Touca branca cirúrgica descartável sanfonada, cor branca com elástico em toda a sua volta, resistente, 100% polipropileno, antialérgica e atóxica. Pacote com 100 unidades. Gramatura 40. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	31,23	218.610,00
37	900	PCT. com 50 pares	SAPATILHA PRO-PÉ DESCARTÁVEL 25G/M² BRANCA 50 PARES: Sapatilha fabricada em não tecido 100% polipropileno (TNT); com elástico na borda; Descartável; Tamanho único; Uso único e individual. Cor: branca. Contém: 100 unidades (50 pares); Gramatura: 25g/m²; Registro na Anvisa. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	39,42	35.478,00
38	2.000	UNID	REPELENTE DE INSETOS EM SPRAY 200ML: proteção contra mosquitos, inclusive contra o aedes aegypti, mosquito que pode transmitir o Zika vírus, Dengue, febre Chikungunya e a Febre Amarela; proteger por até 08 horas; dermatologicamente testado; de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o repelente deve apresentar em sua formulação concentrações entre 20 e 25% de ICARIDINA.	23,18	46.360,00
39	500	UNID	PERNEIRA EM RASPA COM VELCRO: Confeccionada em raspa, fechamento em velcro, metatarso e fivela metálica para ajustes; Norma: ABNT NBR. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	33,86	16.930,00
40	600	UNID	VESTIMENTA TIPO CAPA: Capa de segurança confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, costuras através de solda eletrônica. Aprovado para: proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e contra agentes meteorológicos. Marcação do CA: na etiqueta. Tamanho: P, M, G, GG e XG. Cor: Amarela. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.	24,84	14.904,00
41	100	UNID	CONJUNTO ROUPA DE PROTEÇÃO PARA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS: vestimenta modelo costal, confeccionada em tecidos 100% algodão, tratados com 50gr/l de solução Hidrorrepelente, vestimenta denominada corpo inteiro, composta por: jaleco: gola careca, com zíper no patê, com ou sem velcro nos ombros para afixar o avental, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes e, alça de cadarço nos punhos para ajustes nos polegares. Calça: tipo pantalone, sem abertura, com elástica	153,63	15.363,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			<p>no cós para ajustes, com perneiras impermeáveis de PVC frontais e traseiras, com tecidos por baixo. Avental de segurança: confeccionado com bagum (filme de PVC e substrato de malha de poliéster), com alças para pendurar no pescoço ou, com velcro nas extremidades das tiras para afixar nos ombros. Proteção de cabeça: boné tipo touca árabe, com palas laterais fechadas, com elásticos na nuca para ajustes, com abas rígidas de polietileno, com 6 hastes projetadas para encaixe da viseira de proteção facial; viseira de proteção facial com encaixe: lâmina de acetato transparente com espessura de 177 micras, com 6 orifícios na extremidade superior para encaixe nas hastes da aba do boné tipo touca árabe. Lavagens: até 50 lavadas. Cor bege. Guia de tamanho aproximados: M: tórax 80 - 92 circunferências / comprimento 1,64 - 1,70 cm; G: tórax 92 - 100 circunferências / comprimento 1,70 - 1,76 cm; GG: tórax 100 - 108 circunferências / comprimento 1,76 - 1,82 cm; XG: tórax 108 - 112 circunferências / comprimento 1,82 - 1,88 cm. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>		
42	20	UNID	<p>MÁSCARA FACIAL FULL FACE ABSOLUTE: respirador de ar de segurança, tipo peça facial inteira, confeccionada em silicone. Possui um visor panorâmico, de material plástico rígido transparente, fixo na máscara por um aro de metal ou plástico. A parte frontal inferior do corpo da peça possui um suporte com uma válvula de exalação, diafragma de voz e uma mascarilha interna. Nas laterais do corpo da peça estão localizadas duas aberturas contendo dois dispositivos de encaixe tipo baioneta onde são fixados os filtros de proteção respiratória. Cada dispositivo contém uma válvula de inalação. A máscara possui um tirante de cabeça com cinco pontos de apoio, presos nas bordas por meio de fivelas de material plástico com presilhas de material plástico para ajuste rápido. Também possui uma tira de nuca para descanso, presa através de dois pontos nas fivelas das bordas inferiores da máscara. Características gerais: o FPA (fator de proteção atribuído) da máscara é 100, ou seja, pode ser utilizado em ambientes cujo contaminante não exceda 100 vezes o seu limite de tolerância. Especificações técnicas: material: confeccionada em silicone. Possui um visor panorâmico, de material plástico rígido transparente, fixo na máscara por um aro de plástico. Tamanho: único. NORMAS ATENDIDAS: ABNT NBR 13695 e EN 136. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p>	447,91	8.958,20
43	50	UNID	<p>FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GAZES ÁCIDOS: (COMPATÍVEL COM ITEM 42); Contravapores orgânicos até 1000ppm ou até 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração; IPVS (Imediatamente Perigosa à Vida e a Saúde), o que for menor. Exemplos: piridina, etano, tetrahydrofurano (THF), xileno, tolueno, triclorobenzeno, acetato de etila, acetona, éter, álcool, etílico, formaldeído. ABNT NBR 13696 E EN 141 (FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS) E ABNT NBR 13697 E EN 143 (FILTROS MECÂNICOS). IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS:</p>	24,90	1.245,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE		
44	250	UNID	LUVAS DE RASPA PUNHO LONGO 40 CM: Luva de raspa de couro; Palma em couro. Tamanho do punho: 40cm (P40). IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	31,76	7.940,00
45	250	UNID	LUA DE VAQUETA: confeccionada em Vaqueta na palma e dorso em Raspa, ambos couros bovinos curtido ao cromo, com reforço entre o polegar e o indicador, com reforço palmar interno, tipo petroleira, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés vermelho, costurada com linha de nylon, com espessura em média 1,20 mm e gramatura 0,057 gramas/cm ² ou 0,57 kg/m ² . (Pode haver variação de +- 5 mm). Marcada no dorso, de forma indelével, onde constam o nome do fabricante e o número do Certificado de Aprovação (CA). Aproximadamente: Largura: 13 cm; Comprimento: 26 cm. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	17,17	4.292,50

Valor total estimado: R\$ 32.016.632,20 (trinta e dois milhões, dezesseis mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte centavos.

18.1. Foram considerados para cálculo e descrição dos valores unitários e totais descritos na planilha acima os valores de referência constantes dos mapas do sistema informatizado, considerando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula, desprezando-se os valores inferiores ao centavo e com arredondamento para menor, justificando-se eventual divergência com os relatórios.

19. DA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS AMOSTRAS

19.1. As empresas vencedoras deverão apresentar amostra de todos os itens do processo (01 ao 45) obrigatoriamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a finalização da etapa de habilitação das empresas.

19.2. A análise das amostras ficará a cargo da Comissão Especial de Análise de Amostra nomeada pela Portaria nº 238/21, constante dos autos do processo licitatório.

19.3. Por meio de publicação no sítio oficial do município, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras exigidas do licitante melhor classificado para cada item, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

19.4. Toda amostra apresentada do EPI deverá ter registrado o número do Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo MTPS.

19.5. Deverão ser entregues, juntamente com as amostras de TODOS OS EPI'S, cópias dos CA's, que serão consultados na página do MTPS para a verificação da autenticidade dos mesmos: www.mtps.gov.br.

19.6. Também deverá ser entregue juntamente com as amostras dos itens 01, e 06 ao 32, a seguinte documentação técnica:

a) Certificado de Registro na ANVISA referente aos itens cotados, declaração do número do registro ou cadastro do produto, fornecido pelo Ministério da Saúde, já em situação definitiva, não sendo aceito número de protocolo de processo de solicitação do Registro/Isenção de registro ou documento provisório para o mesmo fim;

b) Os certificados de registro dos materiais expedidos pela ANVISA podem ser cópia da publicação no Diário Oficial da União, identificando o número do item correspondente. Caso tenha algum produto que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

seja dispensado de registro, apresentar cópia do comunicado de aceitação de notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro.

19.7. A apresentação das amostras e os procedimentos para análise encontram-se disciplinados no item 4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Conselheiro Lafaiete, 26 de março de 2021.

Alisson Dias Laureano
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 Introdução

Este termo de referência tem o objetivo de contribuir para a aquisição adequada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), de acordo com a Norma Regulamentadora nº 06 (NR 06) e demais normas técnicas, considerando ainda que todo o equipamento de proteção deve possuir o Certificado de Aprovação (CA), regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

Desta maneira, através do memorial descritivo do EPI, que inclui suas características técnicas principais, buscamos a padronização e a qualidade dos itens a serem adquiridos pela Administração Pública. Destacamos que durante o processo de aquisição destes itens, a Secretaria responsável, com o apoio da equipe técnica, deverá avaliar os EPI's, verificando-se os padrões mínimos exigidos por este manual.

Definição de EPI: Considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Norma Legal: O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Cabe ao empregador quanto ao EPI:

- a) Adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) Exigir seu uso;
- c) Fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
- g) Comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
- h) Registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

Cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) Responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) Comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) Cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

2. DO OBJETO

2.1 Este Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual aquisição de **EPI'S PARA ATENDER A DEMANDA DE TODOS OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

2.2 TIPO DE MATERIAL: MATERIAL DE CONSUMO

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

Conforme preceitua o Decreto Municipal nº 261 de 11/04/2007 os itens que serão licitados são classificados como:

1.1 Bens Comuns;

1.1.17 Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

3.1 DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DESCRIPTIVO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA DO MATERIAL
01	670.000	UNID	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TECIDO TNT: Produto atóxico e não estéril. Leve e respirável com resistência à umidade, faixas para amarração na cintura e no pescoço e com o punho elástico. Produto de uso individual, oferece proteção superior e praticamente elimina a contaminação cruzada. Produzidos em material não-tecido, também conhecido como o polipropileno, um material de uso único. Características Gerais: São descartáveis; garante resistência à umidade, à abrasão e à ação de fungos e bactérias; elevada inércia química; Leveza; não estéril; Atóxica, não inflamável e esterilizável; não absorve líquidos (como água, corantes, sangue, etc....) e apresenta impermeabilidade de 80%. GRAMATIURA - 60 GRAMAS. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. REGISTRO ANVISA.
02	1.250	UNID	AVENTAL DE SEGURANÇA TRANSPARENTE: Descrição: Avental de segurança confeccionado em laminado de PVC na cor branca, ilhoses de PVC soldados eletronicamente e três tiras para ajuste. Aprovado para: Proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. Tamanho aproximado: Espessura 0,28mm a 0,30 mm, Comprimento: 120 cm, Largura: 70 cm. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
03	650	PAR	CALÇADO OCUPACIONAL DE SEGURANÇA: Antiderrapante, inclusive em superfície escorregadia que contém resíduos de óleo, detergente, sabão, etc. Ergonômico e ortopédico. Anatomia perfeita ajuda a manter os pés corretos, evitando lesões, protegendo ossos e juntas. Altura adequada no salto, proporciona conforto, colocando seu corpo em equilíbrio e alinhamento natural, fazendo com que o peso do corpo seja distribuído por igual entre as partes traseira e dianteira dos pés. Alta absorção de impacto. Possui bactericida, evita o odor nos pés. Design arrojado e moderno. Leve, macio, flexível, extremo conforto. Impermeável, facilmente lavável. Durável e resistente. Reciclável. Podendo ser preto ou branco. Tamanho: livre escolha de numeração 33 ao 46. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
04	200	PAR	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA EM EVA CANO MÉDIO COM SOLADO ANTIDERRAPANTE TAM: 33 OU 46: Confeccionada em Policloreto de Vinílica (PVC) injetado em uma só peça e massa nitrílica de alta qualidade; possuir revestimento interno em poliéster; Solado confeccionado em policloreto de vinílica (PVC), expandido, injetado diretamente no cabedal e ranhuras 9,7 mm no salto; Altura do cano - 24cm; em conformidade com a ISO 20344/2008 e ISO 20347/2008. Características e aplicabilidades: Para proteção dos pés contra riscos de natureza leve e contra umidade proveniente de operações com uso de água; Formulação especial com polímero plástico reforçado com PVC e massa nitrílica, tornando o produto resistente; manter sempre limpa e ventilada após o uso. TAMANHO: livre escolha de numeração 33 ao 46. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deverá ter no máximo (06) meses. No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
05	250	UNID	CREME PROTETOR DE SEGURANÇA 3 em 1: Creme protetor de segurança, classificado como Grupo 3 Especial, composto de: água, poliacrilato de sódio, diprolipeno glicol, PVP (polivinil pirrolidona), diestiril bifenil dissulfonato de sódio, lauril pirrolidona, copolímeros de PVP/eicoseno, iodopropinil butil carbamato, óleo mineral, cera de abelha, propilparabeno, BHT, oleato de sorbitano, diazolidinil uréia, fragrância. Frasco com 120 ml. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deverá ter no máximo (06) meses. No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
06	9.500	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
07	12.500	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
08	19.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
09	16.000	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
10	10.000	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO GG SEM TALCO: Confeccionadas em nitrilo, são fabricadas visando à eliminação de reações alérgicas em usuários com hipersensibilidade ao látex, além de apresentar alta resistência durante o uso. Não estéreis, superfície lisa com microtextura na ponta dos dedos, sem pó e ambidestra, atóxica e apirogênica. Punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada, descartável e de uso único. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação, data de validade de até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
11	9.500	CAIXA C/ 100 UNID.	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO PP: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
12	12.500	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO P: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

13	19.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO M: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
14	16.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO G: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
15	10.000	CAIXA C/ 100 UNID	LUVA PARA PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS TAMANHO GG: com pó bio absorvível. Fabricada em látex 100% natural, hipoalergênicas, ambidestras, não estéreis, resistente, impermeável a água e outros fluidos, superfície lisa e com excelente sensibilidade tátil, apresenta punho em acabamento enrolado para facilitar sua colocação e retirada. Embalagem apresentando lote, Certificado de Aprovação (C.A.), data de fabricação e validade até um ano no ato da entrega. Embalagem caixas contendo 100 unidades. Registro na ANVISA. Apresentar certificado de aprovação do INMETRO. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
16	8.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°6,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
17	12.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°7, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			<p>gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.</p> <p>NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>
18	12.000	PAR	<p>LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°7,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.</p> <p>NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>
19	16.000	PAR	<p>LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°8, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.</p> <p>NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p>
20	10.500	PAR	<p>LUVA CIRÚRGICA SINTÉTICA ESTÉRIL SEM PÓ N°8,5, Luvas para procedimento cirúrgico, confeccionadas em neoprene sintético, com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Indicadas para pessoas com alergia a látex; Superfície interna lisa revestida com polímero acrílico; Superfície texturizada; Formato anatômico; isenta de pó (powder free) e látex; esterilizada por irradiação por raio gama. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE.</p> <p>NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p>
21	10.000	PAR	<p>LUVA CIRÚRGICA N°6,5, anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação.</p> <p>IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
22	10.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°7 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
23	12.500	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°7,5 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
24	12.500	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°8 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
25	19.000	PAR	LUVA CIRÚRGICA N°8,5 , anatômica, estéril, superfície microtexturizada na extremidade dos dedos, levemente talcada; confeccionada em látex com textura antiaderente, hipoalergênica, forte e elástica, esterilizada por raio gama; com alta sensibilidade tátil, impermeável, punho longo, possuem na embalagem indicação de mão direita e esquerda. Produto de uso único. Registro na ANVISA; fabricado dentro das normas de qualidade CE; Atende as boas práticas de manipulação, ASTM D 3577; EN 455; ISO 10282. Validade de 5 anos após a data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
26	2.500	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 7 OU P: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
27	2.500	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 8 OU M: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
28	2.500	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 9 OU G: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
29	2.500	PAR	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL 10 OU GG: revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante da face palmar e face palmar dos dedos. Apresentar CA. Características: Comprimento: aproximado 30cm. Espessura aproximado: 0,70mm. Uso: Reutilizável. Formato: Anatômico. Acabamento interno: Flocado. Punho: Reto. Grip: Colmeia. Confeccionada em borracha natural, apresenta ótima resistência e durabilidade. Maior proteção. Conforto e absorção do suor, proporcionado pelo forro em algodão. Antiderrapante em formato colmeia, permite aderência na manipulação de objetos molhados. Boa aderência também em superfície seca. Alto padrão de resistência a abrasão. Formato anatômico para redução da fadiga muscular. Punho reto, permitindo maior ventilação, evitando também que materiais fiquem impregnados no punho da luva. Lavável e reutilizável. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
30	40.000	CAIXA C/ 50 UNID	MÁSCARA CIRÚRGICA: Solda por ultrassom; Gramatura 54; Cor branca; com elástico roliço 3 mm; Camada tripla: duas externas de não tecido (TNT) 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana; Eficiência de filtragem



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			de partículas - EFP (%) ≥ 98, Eficiência de filtragem bacteriana - BFE (%) ≥ 95, Pressão diferencial ΔP Respirabilidade (mmH ₂ O) ≤ 4, garantindo maior proteção seguindo ABNT NBR 15052. Fixada por elástico; clipe para ajuste nasal; Plana, flexível e porosa; não liberar fiapos; Hipoalergênico e atóxico; Inerte e antisséptico; Descartável. Ter boa resistência mecânica; Baixa condutividade térmica; Baixa inflamabilidade. Registro ANVISA. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Caixa com 50 unidades.
31	94.000	UNID.	MÁSCARA FACIAL N 95: COMPOSIÇÃO: Constituído por uma concha interna de sustentação - composta de não-tecido moldado em fibras sintéticas por um processo sem resina. Sobre esta concha é montado o meio filtrante composto por microfibras tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador é composta por um não-tecido cor verde tratada com material para não absorção de fluídos líquidos, que protege o meio filtrante evitando que as fibras possam se soltar. A este conjunto são incorporadas 2 bandas de elástico, uma tira de espuma e um grampo de ajuste nasal necessário para manter o respirador firme e ajustado na face do usuário. Especificações Técnicas: Filtro para Particulados: classe PFF-2 / N95; Eficiência mínima de filtragem de 95%; BFE > 99% (Eficiência de Filtração Bacteriológica); Formato Concha; Resistente a fluidos; Indicada para redução da exposição ocupacional a aerossóis contendo agentes biológicos potencialmente patogênicos e/ou infecciosos, tais como: Agentes etiológicos da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG/SARS); Tuberculose; Influenza Aviária Altamente Patogênica (A/H5N1); Influenza A/H1N1 - (Gripe Suína); Varicela, Sarampo, entre outros microrganismos cuja via de transmissão seja predominantemente aérea. Filtro para particulados: classe PFF-2; Eficiência mínima de filtragem de 95%; Formato concha; Fabricado, testado e aprovado no Brasil; aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: CA; Registro do Ministério da Saúde: ANVISA. Certificação INMETRO. Embalagem contendo especificações do fabricante, lote, data de fabricação, data de validade de no mínimo 3 anos no ato da entrega. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
32	2.500	UNID	MACACÃO DE SEGURANÇA: confeccionado em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com filme de polietileno microporoso, capuz de duas peças com elástico, fechamento frontal com zíper bidirecional sem aba protetora, elástico na cintura, punhos e tornozelos. Resistência química - Tipo 6 - ISO 16602:2007. Resistência mecânica - ISO 16602:2007 Tamanhos. Disponíveis nos tamanhos: EP, P, M, G, EG e EEG. Material laminado microporoso. Tratamento antiestático. Gramatura: 50 g/m ² . NÃO CONTÉM LÁTEX EM SUA COMPOSIÇÃO. Validade: 5 anos da data de fabricação. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. 2.500 Unidades.
33	3.000	UNID.	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO PROFISSIONAL: Fabricado em policarbonato virgem de alta qualidade, curvatura lateral de suas lentes aumenta a área de proteção. Tratamento antirrisco e antiembaçante. DESCRIÇÃO: Óculos de segurança confeccionado em policarbonato óptico, com armação de nylon e hastes com comprimento regulável. Filtra 99,9% dos raios UVA/UVB, visor transparente, com tratamento especial anti-fog (antiembaçante), confeccionado em uma única peça de policarbonato com lentes curvas para oferecer proteção lateral, maior visão periférica. Lente incolor: Proteção contra impactos. Especificações Técnicas: C.A. Apoio nasal e abas de proteção lateral no mesmo material da lente; Armação preta; Hastes reguláveis tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário; Norma Técnica: ANSI.Z.87.1/2003. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
34	5.000	UNID.	PROTEOR SOLAR: OBJETIVO: Proteção da pele contra radiação UVA e UVB. DESCRIÇÃO: Bloqueador solar tipo loção com Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo de 30; com componentes que promovam barreiras físicas e químicas aos raios UV, devendo ser de amplo espectro: Radiação UVA (320 – 400 nm), Radiação UVB (290 – 320 nm), O produto deverá apresentar odor suave e agradável, livre de substâncias oleosas (oil-free), antialérgico, não comedogênico; Frasco com 120 ml; O produto deve ter ação de repelente de insetos como mosquito da dengue. VALIDADE DO PRODUTO: O produto deverá ter um prazo de validade de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de fabricação. A validade do produto deverá ser estampada na embalagem. A data de fabricação e/ou o número do lote deverá estar estampada na embalagem. IDENTIFICAÇÃO: Este produto deverá ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
35	1.000	UNID.	PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA: Proteção da face do usuário contra impactos de partículas volantes multidirecionais. DESCRIÇÃO: Protetor facial, tipo escudo, com visor em policarbonato incolor. Largura curvada de 39,5 cm a 40,5cm e altura de 20cm, espessura de 1,20mm. Proteção UV. Testeira em plástico rígido acoplada a suspensão por meio de parafusos. Visor removível para manutenção, fixado a coroa através de 5 pinos metálicos. Suspensão com ajuste por sistema de catraca de diâmetro horizontal e ajuste simples para diâmetro vertical. TAMANHO: único. VALIDADE DO PRODUTO: A data de fabricação do Equipamento de Proteção Individual deve ter no máximo (06) meses. Observação: No momento da entrega do E.P.I. O (CA) deverá ter vigência por mais 15 (quinze) meses. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
36	7.000	PCT C/ 100 UNID	TOUCA DESCARTÁVEL: Touca branca cirúrgica descartável sanfonada, cor branca com elástico em toda a sua volta, resistente, 100% polipropileno, antialérgica e atóxica. Pacote com 100 unidades. Gramatura 40. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
37	900	PCT. com 50 pares	SAPATILHA PRO-PÉ DESCARTÁVEL 25G/M² BRANCA 50 PARES: Sapatilha fabricada em não tecido 100% polipropileno (TNT); com elástico na borda; Descartável; Tamanho único; Uso único e individual. Cor: branca. Contém: 100 unidades (50 pares); Gramatura: 25g/m ² ; Registro na Anvisa. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
38	2.000	UNID	REPELENTE DE INSETOS EM SPRAY 200ML: proteção contra mosquitos, inclusive contra o aedes aegypti, mosquito que pode transmitir o Zika vírus, Dengue, febre Chikungunya e a Febre Amarela; proteger por até 08 horas; dermatologicamente testado; de acordo com a Organização Mundial da Saúde, o repelente deve apresentar em sua formulação concentrações entre 20 e 25% de ICARIDINA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

39	500	UNID	PERNEIRA EM RASPA COM VELCRO: Confeccionada em raspa, fechamento em velcro, metatarso e fivela metálica para ajustes; Norma: ABNT NBR. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
40	600	UNID	VESTIMENTA TIPO CAPA: Capa de segurança confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, costuras através de solda eletrônica. Aprovado para: proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e contra agentes meteorológicos. Marcação do CA: na etiqueta. Tamanho: P, M, G, GG e XG. Cor: Amarela. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
41	100	UNID	CONJUNTO ROUPA DE PROTEÇÃO PARA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS: vestimenta modelo costal, confeccionada em tecidos 100% algodão, tratados com 50gr/l de solução Hidrorrepelente, vestimenta denominada corpo inteiro, composta por: jaleco: gola careca, com zíper no patê, com ou sem velcro nos ombros para afixar o avental, com elásticos nos punhos e na cintura para ajustes e, alça de cadarço nos punhos para ajustes nos polegares. Calça: tipo pantalon, sem abertura, com elástica no cós para ajustes, com perneiras impermeáveis de PVC frontais e traseiras, com tecidos por baixo. Avental de segurança: confeccionado com bagum (filme de PVC e substrato de malha de poliéster), com alças para pendurar no pescoço ou, com velcro nas extremidades das tiras para afixar nos ombros. Proteção de cabeça: boné tipo touca árabe, com palas laterais fechadas, com elásticos na nuca para ajustes, com abas rígidas de polietileno, com 6 hastes projetadas para encaixe da viseira de proteção facial; viseira de proteção facial com encaixe: lâmina de acetato transparente com espessura de 177 micras, com 6 orifícios na extremidade superior para encaixe nas hastes da aba do boné tipo touca árabe. Lavagens: até 50 lavadas. Cor bege. Guia de tamanho aproximados: M: tórax 80 - 92 circunferências / comprimento 1,64 - 1,70 cm; G: tórax 92 - 100 circunferências / comprimento 1,70 - 1,76 cm; GG: tórax 100 - 108 circunferências / comprimento 1,76 - 1,82 cm; XG: tórax 108 - 112 circunferências / comprimento 1,82 - 1,88 cm. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
42	20	UNID	MÁSCARA FACIAL FULL FACE ABSOLUTE: respirador de ar de segurança, tipo peça facial inteira, confeccionada em silicone. Possui um visor panorâmico, de material plástico rígido transparente, fixo na máscara por um aro de metal ou plástico. A parte frontal inferior do corpo da peça possui um suporte com uma válvula de exalação, diafragma de voz e uma mascarilha interna. Nas laterais do corpo da peça estão localizadas duas aberturas contendo dois dispositivos de encaixe tipo baioneta onde são fixados os filtros de proteção respiratória. Cada dispositivo contém uma válvula de inalação. A máscara possui um tirante de cabeça com cinco pontos de apoio, presos nas bordas por meio de fivelas de material plástico com presilhas de material plástico para ajuste rápido. Também possui uma tira de nuca para descanso, presa através de dois pontos nas fivelas das bordas inferiores da máscara. Características gerais: o FPA (fator de proteção atribuído) da máscara é 100, ou seja, pode ser utilizado em ambientes cujo contaminante não exceda 100 vezes o seu limite de tolerância. Especificações técnicas: material: confeccionada em silicone. Possui um visor panorâmico, de material plástico rígido transparente, fixo na máscara por um aro de plástico. Tamanho: único. NORMAS ATENDIDAS: ABNT NBR 13695 e EN 136. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

			tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
43	50	UNID	FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGÂNICOS E GAZES ÁCIDOS: (COMPATÍVEL COM ITEM 42); Contravapores orgânicos até 1000ppm ou até 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração; IPVS (Imediatamente Perigosa à Vida e a Saúde), o que for menor. Exemplos: piridina, etano, tetrahidrofurano (THF), xileno, tolueno, triclorobenzeno, acetato de etila, acetona, éter, álcool, etílico, formaldeído. ABNT NBR 13696 E EN 141 (FILTROS QUÍMICOS E COMBINADOS) E ABNT NBR 13697 E EN 143 (FILTROS MECÂNICOS). IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
44	250	UNID	LUVAS DE RASPA PUNHO LONGO 40 CM: Luva de raspa de couro; Palma em couro. Tamanho do punho: 40cm (P40). IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
45	250	UNID	LUVA DE VAQUETA: confeccionada em Vaqueta na palma e dorso em Raspa, ambos couros bovinos curtido ao cromo, com reforço entre o polegar e o indicador, com reforço palmar interno, tipo petroleira, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés vermelho, costurada com linha de nylon, com espessura em média 1,20 mm e gramatura 0,057 gramas/cm ² ou 0,57 kg/m ² . (Pode haver variação de +- 5 mm). Marcada no dorso, de forma indelével, onde constam o nome do fabricante e o número do Certificado de Aprovação (CA). Aproximadamente: Largura: 13 cm; Comprimento: 26 cm. IDENTIFICAÇÃO: O EPI deve ser identificado com o nome do fabricante, tamanho da peça e o número do Certificado de Aprovação (CA) do MTE. NORMAS: Norma Regulamentadora – NR 06. Do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

4. DAS AMOSTRAS

AS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO APRESENTAR AMOSTRA DE TODOS OS ITENS DO PROCESSO (01 ao 45) OBRIGATORIAMENTE NO PRAZO MÁXIMO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS APÓS A FINALIZAÇÃO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS.

4.1 Para análise das amostras, a Secretaria Municipal de Saúde através da Comissão Especial de Análise de Amostra Nº 238/21, ficará a cargo da verificação das mesmas.

4.2 Por meio de PUBLICAÇÃO NO SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras exigidas do licitante melhor classificado para cada item, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.3 Serão verificados os seguintes pontos na análise de amostras: características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, sendo avaliado como aspecto e padrão mínimo de aceitabilidade a conformidade com os padrões e especificações que constam na descrição do produto na proposta de preços.

4.4 Caso as informações acima possam ser aferidas por outros meios, como folderes, catálogos, etc., poderá ser dispensada a amostra.

4.5 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do sítio oficial do Município.

4.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será DESCLASSIFICADA.

4.7 Se a (s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9 . Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (CINCO) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.11 O EPI deve atender, além dos critérios de conformidade descrito no edital, proteção e durabilidade, deverá atender também os critérios de qualidade de acabamento e conforto. Os itens que apresentarem defeitos e não atenderem aos padrões mínimos exigidos pelas especificações deste termo serão desclassificados.

4.12 Toda amostra apresentada do EPI deverá ter registrado o número do Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo MTPS.

4.13 **Deverão ser entregues, juntamente com as amostras de TODOS OS EPI'S, cópias dos CA's, que serão consultados na página do MTPS para a verificação da autenticidade dos mesmos: www.mtps.gov.br.**

4.14 **Também deverá ser entregue JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS DOS ITENS 01, 06 AO 32, a seguinte documentação técnica:**

a) Certificado de Registro na ANVISA referente aos itens cotados, declaração do número do registro ou cadastro do produto, fornecido pelo Ministério da Saúde, já em situação definitiva, não sendo aceito número de protocolo de processo de solicitação do Registro/Isenção de registro ou documento provisório para o mesmo fim;

b) Os certificados de registro dos materiais expedidos pela ANVISA podem ser cópia da publicação no Diário Oficial da União, identificando o número do item correspondente. Caso tenha algum produto que seja dispensado de registro, apresentar cópia do comunicado de aceitação de notificação emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro;

4.15 A Nota Técnica nº 146 do MTE, apresentada, que "Esclarece questões relacionadas à validade de EPI e à validade do Certificado de Aprovação de EPI" deverá ser observada.

4.16 Os Equipamentos que são compostos de "pares" como, por exemplo, calçado, deverá ser entregue como amostra os dois, não bastando apenas o esquerdo ou direito, isto é, tem que entregar o direito e o esquerdo juntos, não sendo aceito somente um deles

4.17 EPI's deverão ser embalados adequadamente, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

4.18 Todas as instruções em língua estrangeira deverão ser obrigatoriamente traduzidas para o idioma Português.

4.19 A amostra deverá ser apresentada no endereço constante no item **5.9**, sendo que análise das mesmas será realizada em sessão pública em data previamente agendada, para verificação de suas características técnicas, qualidade e performance. A amostra deverá estar em perfeita conformidade com as Especificações técnicas mínimas e características gerais exigidas no termo, contendo **OBRIGATORIAMENTE** as seguintes identificações:

- 1- Informações sobre o Pregão/ Processo Licitatório/ Registro de Preço;
- 2- Identificação sobre o número do Item;
- 3- Identificação constando o nome da licitante vencedora;
- 4- Não serão aceitas variações de marcas/modelo entre as amostras apresentadas e o produto ofertado, sob pena de desclassificação.

4.20 Não será analisada amostra que for encaminhada fora do prazo estabelecido.

4.21 Caso o produto de mesma marca/modelo já tenha sido analisado e reprovado pelo Município neste processo, o licitante será automaticamente desclassificado.

4.22 Só será aceita uma única amostra para cada item. Qualquer inconformidade com as especificações técnicas/critérios de análise de amostras será suficiente para que ocorra a reprovação/desclassificação do (LICITANTE VENCEDOR). A reprovação de uma amostra implica na finalização da análise.

4.23 Os produtos colocados à disposição do Município ficarão aos cuidados da equipe técnica responsável pela análise.

4.24 As amostras reprovadas durante os testes de análise pela Secretaria Gestora ficarão à disposição do remetente no endereço informado no item **5.9** pelo prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

da data de desclassificação. A partir do vencimento deste prazo, a amostra estará sob inteira responsabilidade da licitante vencedora, não sendo a Secretaria Municipal de Saúde responsável pela mesma.

4.25 Correrão por conta do fornecedor todas as despesas e riscos oriundos da entrega e retirada da amostra.

5 FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

5.1 Todo o EPI deverá ter inscrito o número do Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo MTPS.

5.2 Deverão ser entregues, juntamente com os EPI's, cópias dos CA's, que serão consultados na página do MTPS para a verificação da autenticidade dos mesmos: www.mtps.gov.br.

5.3 A Nota Técnica nº 146 do MTE, apresentada, que "Esclarece questões relacionadas à validade de EPI e à validade do Certificado de Aprovação de EPI" deverá ser observada.

5.4 O EPI deve atender, além dos critérios de proteção e durabilidade, aos critérios de qualidade de acabamento e conforto. Os itens que apresentarem defeitos e não atenderem aos padrões mínimos exigidos pelas especificações deste manual serão recusados.

5.5 É recomendável que a aquisição e utilização de EPI e materiais similares aos especificados neste manual somente seja feita sob consulta e aprovação prévia da Secretaria e equipe técnica, por escrito e em tempo hábil previsto no edital de abertura.

5.6 Os EPI's deverão ser embalados adequadamente, para que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

5.7 Todas as instruções em língua estrangeira deverão ser obrigatoriamente traduzidas para o idioma Português.

5.8 O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a **10 (Dez) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.9 Os bens deverão ser entregues na sede do órgão, no endereço: **Rua José Domingues Alves Baeta, S/N (andar térreo da Policlínica Municipal) – Centro – Conselheiro Lafaiete – MG CEP: 36.400-041 - durante o horário comercial – Conselheiro Lafaiete – MG ou outro endereço indicado na Autorização de Empenho, obrigatoriamente, durante o horário comercial de 07h00min as 16h00min horas de 2ª a 6ª feira. A PMCL não se responsabiliza por mercadorias entregues em locais que não foram informados pelo setor requisitante, conseqüentemente, pelo pagamento das Notas Fiscais correspondentes.**

5.10 O endereço poderá ser alterado, sendo informado o novo endereço de entrega no ato do pedido, junto com o envio do empenho. **AS EMPRESAS QUE DESRESPEITAREM ESTE ITEM SERÃO NOTIFICADAS.**

6 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1. Os bens/materiais/produtos/equipamentos serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **5 (Cinco) dias** do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

6.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

7 GARANTIA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

DA GARANTIA:

7.1 A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto constante deste Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

7.2 O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos.

As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

a) Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

b) Rompimento indevido do lacre dos produtos.

7.3 A movimentação dos produtos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios **NÃO** exclui a garantia, desde que este não cause danos ao produto.

7.4 É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

7.5. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

7.6 A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

7.7 A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 10 (**Dez**) dias, contados da comunicação realizada pela Contratante.

7.8. Na ocorrência de defeitos que inviabilizem a utilização total ou parcial dos produtos, durante o período de garantia, a Contratada será notificada pelo fiscal do contrato para solução dos problemas apresentados.

7.9 A retirada e a devolução dos produtos serão no indicado pelo setor requisitante e será providenciada pela Contratada, mediante notificação formalizada pelo fiscal do contrato.

7.10 A correspondência eletrônica (e-mail) também será considerada instrumento para cumprimento das ocorrências.

8 DOCUMENTAÇÃO:

Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme exigência da Lei 8.666/93.

9 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11 As Licitantes participantes deverão apresentar os respectivos documentos no envelope nº 2 – **HABILITAÇÃO** –

9.12 Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, **DO LICITANTE**, e/ou comprovante da respectiva publicação no Diário Oficial da União; **CASO O LICITANTE COTE OS ITENS: 01, 06 AO 32.**

a) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais. **–DEVERÁ SER APRESENTADO POR TODOS OS LICITANTES PARTICIPANTES.**

b) Se a Empresa licitante possuir filiais, as documentações a serem apresentadas deverão ser apenas da empresa matriz participante, ficando desde já ressaltado que a contratação se efetivará com a pessoa jurídica ofertante da documentação em comento.

c) Alvará de Licença Sanitária do Licitante ou Documento Equivalente que comprove situação ativa, expedido pela Vigilância Sanitária ou Órgão de Competência. **CASO O LICITANTE COTE OS ITENS: 01, 06 AO 32.**

d) Os documentos de qualificação técnica elencados acima, serão analisados pelos membros da Comissão Especial de Análise nomeada pela portaria nº 238/21 que se fará presente em todas as sessões do certame.

Obs.: Os licitantes deverão identificar com o número do item a documentação técnica, uma vez que são muitos itens e ficará inviável a conferência sem a identificação.

Não serão aceitas cópias ilegíveis e que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas pelo Pregoeiro Oficial e pelos membros da equipe de apoio.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento/serviço efetivamente prestado, conforme objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante e modelo.

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

11.1.4. Executar o objeto em local indicado pela Contratante e no prazo estabelecido neste Termo de Referência, competindo à Contratante providenciar as condições necessárias que possibilitem a fiel execução do contrato.

11.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem/prestação dos serviços, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

11.1.7. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante.

11.1.8. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

12 SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

13 CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, os servidores Diane Assis Coura Fidelis; Lysiane de Andrade Neto Amorim; Marcelo Barbosa; Glayson da Silva Barbosa, Monalisa Guimarães dos Santos e Tatiane Rezende Tavares Lana lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 O fiscal indicado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4 O fiscal representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à qualquer ocorrência ou anormalidades identificadas durante a execução do contrato, dando-lhe prazo para correção.

13.5 Os servidores Diane Assis Coura Fidelis; Lysiane de Andrade Neto Amorim; Marcelo Barbosa; Glayson da Silva Barbosa, Monalisa Guimarães dos Santos; Tatiane Rezende Tavares Lana, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, farão a gestão do contrato, ficando responsáveis por verificar lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.

14 PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

14.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

14.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3 A liberação do pagamento depende da manutenção das condições de habilitação da contratada, devendo ser verificada pelo gestor do contrato.

14.4 A nota fiscal deverá constar discriminação, quantitativo, modalidade de licitação/ nº, item do contrato, nº do contrato, preço unitário e preço total do objeto /serviço;

14.5 A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos: boletim de medição aprovado pela Fiscalização (se for o caso), Regularidade junto à Fazenda Federal/Seguridade Social (CND CONJUNTA), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça Trabalhista (CNDT) e às Fazendas Estadual e Municipal da sede da Contratada;

14.6 No caso de obras, a Nota Fiscal deverá vir acompanhada também da GFIP (obra) e resumo FGTS (empresa) e rubrica (obra) INSS, Guia INSS (obra), quitada, Guia FGTS, quitada, Holerites (funcionários obra), assinados, Protocolo de transmissão de dados, todos correspondentes ao mês de execução da obra.

15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 O contratado que cometer infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, estará sujeito às penalidades previstas nas referidas licitações e em edital de licitação e as previstas em edital de licitação e contrato/Ata.

16 VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 A Ata terá vigência de 12 meses. O contrato terá vigência de 12 meses, na hipótese de contratação do saldo remanescente da Ata, nos termos da Lei 8.666/93.

17 DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

17.1 A Secretária Municipal de Saúde, enquanto ordenadora de despesa, declara para fins do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF Nº 101/2000, que a despesa que se pretende realizar tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual (LOA) e compatibilidade com o plano plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), conforme art. 16, inciso II, §§ 1º e 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

18 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Administração Municipal, para o exercício de 2021 sob a rubrica:

MANUT. ATIVIDADES SEC. MUN. SAÚDE

02.026.001.10.122.0001 2023.3.3.90.32.00.00 Ficha 347 Fonte de Recurso 1.02

02.026.001.10.122.0001 2023.3.3.90.91.00.00 Ficha 353 Fonte de Recurso 1.02

ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID-19

02.026.001.10.122.0001 2207.3.3.90.30.00.00 Ficha 370 Fonte de Recurso 1.02

02.026.001.10.122.0001 2207.3.3.90.30.00.00 Ficha 371 Fonte de Recurso 1.54 Recurso Federal.

02.026.001.10.122.0001 2207.3.3.90.30.00.00 Ficha 372 Fonte de Recurso 1.55

MANUT. ATENÇÃO BÁSICA

02.026.001.10.301.0007 2027.3.3.90.30.00.00 Ficha 388 Fonte de Recurso 1.02

02.026.001.10.301.0007 2027.3.3.90.30.00.00 Ficha 390 Fonte de Recurso 1.55

02.026.001.10.301.0007 2027.3.3.90.30.00.00 Ficha 389 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal

MANUT. ODONTOLOGIA/ SAÚDE BUCAL

02.026.001.10.301.0007 2029.3.3.90.30.00.00 Ficha 399 Fonte de Recurso 1.02

MANUTENÇÃO SETOR DE ODONTOLOGIA / CEO

02.026.001.10.301.0007 2123.3.3.90.30.00.00 Ficha 409 Fonte de Recurso 1.02

02.026.001.10.301.0007 2123.3.3.90.30.00.00 Ficha 411 Fonte de Recurso 1.55

02.026.001.10.301.0007 2123.3.3.90.30.00.00 Ficha 410 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.

MANUT. INST. SÃO DIMAS

02.026.001.10.302.0008 2033.3.3.90.30.00.00 Ficha 426 Fonte de Recurso 1.02

02.026.001.10.302.0008 2033.3.3.90.30.00.00 Ficha 427 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.

MANUT. CAPS

02.026.001.10.302.0008 2036.3.3.90.30.00.00 Ficha 443 Fonte de Recurso 1.02



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

02.026.001.10.302.0008 2036.3.3.90.30.00.00 Ficha 445 Fonte de Recurso 1.55
02.026.001.10.302.0008 2036.3.3.90.30.00.00 Ficha 444 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. CENTROS REGIONAIS DE SAÚDE
02.026.001.10.302.0008 2039.3.3.90.30.00.00 Ficha 459 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.302.0008 2039.3.3.90.30.00.00 Ficha 460 Fonte de Recurso 1.55
MANUT. POLICLÍNICA E PRONTO SOCORRO
02.026.001.10.302.0008 2040.3.3.90.30.00.00 Ficha 469 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.302.0008 2040.3.3.90.30.00.00 Ficha 470 Fonte de Recurso 1.23
02.026.001.10.302.0008 2040.3.3.90.30.00.00 Ficha 472 Fonte de Recurso 1.55
02.026.001.10.302.0008 2040.3.3.90.30.00.00 Ficha 471 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. SETOR ORTESE E PROTÉSE
02.026.001.10.302.0008 2041.3.3.90.30.00.00 Ficha 483 Fonte de Recurso 1.02
MANUT. FARMÁCIA BÁSICA
02.026.001.10.303.0007 2031.3.3.90.32.00.00 Ficha 497 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.303.0007 2031.3.3.90.32.00.00 Ficha 499 Fonte de Recurso 1.55
02.026.001.10.303.0007 2031.3.3.90.32.00.00 Ficha 498 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. VIGILÂNCIA SANITÁRIA
02.026.001.10.304.0009 2044.3.3.90.32.00.00 Ficha 508 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.304.0009 2044.3.3.90.32.00.00 Ficha 509 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. VIGILÂNCIA AMB. E ZOOSE
02.026.001.10.305.0009 2047.3.3.90.30.00.00 Ficha 521 Fonte de Recurso 1.02
MANUT. CENTRO DE PROMOÇÃO À SAÚDE
02.026.001.10.305.0031 2043.3.3.90.30.00.00 Ficha 532 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.305.0031 2043.3.3.90.30.00.00 Ficha 533 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. SETOR IMUNIZAÇÃO
02.026.001.10.305.0031 2045.3.3.90.30.00.00 Ficha 544 Fonte de Recurso 1.02
02.026.001.10.305.0031 2045.3.3.90.30.00.00 Ficha 545 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.
MANUT. SETOR CONTROLE DE ENDEMIAS
02.026.001.10.305.0031 2046. 3.3.90.30.00.00 Ficha 556 Fonte de Recurso 1.02
02.026.0001.10.305.0031 2046.3.3.90.30.00.00 Ficha 558 Fonte de Recurso 1.55
02.026.0001.10.305.0031 2046. 3.3.90.30.00.00 Ficha 557 Fonte de Recurso 1.59 Recurso Federal.

Conselheiro Lafaiete, 28 de janeiro de 2021.

Diane Assis Coura Fidelis
Diretora da Atenção Especializada

Lysiane de Andrade N. Amorim
Diretora da Atenção Básica

Tatiane Rezende Tavares Lana
Diretor Vigilância e Saúde

Rita de Kássia Silva Melo
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, nós, abaixo assinados, apresentamos a presente proposta para o objeto licitado, em conformidade com o Edital mencionado, e declaramos que:

- O objeto ofertado atende integralmente os requisitos constantes na especificação desta proposta;
- Os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação;
- O prazo de validade da presente proposta não deverá ser inferior a 60(sessenta) dias;
- Até a formalização da contratação esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.
- A Proposta de Preço deverá ser em 01 (uma) via, impressa **preferencialmente** em papel timbrado do licitante ou identificado por meio de carimbo de CNPJ, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.
- A proposta deverá conter marca, descrição dos produtos, unidade, valor unitário e valor total.**
- Os licitantes deverão informar na proposta os números do Certificado de Aprovação (CA) e do Registro da ANVISA aplicável ao produto cotado.**

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	C.A.	REGISTRO ANVISA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ _____, ____ (por extenso).

NOME DA EMPRESA:

ENDEREÇO COMPLETO:

CNPJ/MF Nº: 00.000.000/0000-00 TELEFONE/FAX:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (PRAZO POR EXTENSO), CONTADOS DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO.

LOCAL E DATA:

(assinatura e identificação)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A (nome da EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, com sede no endereço _____, neste ato representada pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____, pelo presente instrumento, credencia procurador(es) o(a) Senhor(a) _(nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil), (Profissão e endereço) _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado (ou de forma genérica para licitações em geral), o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da EMPRESA, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, rubricar documentos, assinar atas, contratos e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo dará por firme e valioso.

Local e data.

Assinatura

Observações:

- Utilizar papel timbrado da licitante;
- Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa;
- Se utilizar o modelo do Anexo III ou fizer uso de instrumento de procuração particular, deverá ser observado o disposto no subitem 6.2 deste Edital, quanto ao reconhecimento de firma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A (NOME DA EMPRESA), com sede no Endereço _____, inscrita no CNPJ/MF sob no nº _____, representada neste ato por seu procurador in fine assinado, devido ao interesse em participar da licitação em epígrafe que se encontra autuada no processo administrativo acima indicado, cujo objeto é: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital**, promovida pelo Município de Conselheiro Lafaiete/MG, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não mantendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

(nome, RG, CPF, cargo e assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

A (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-00, com sede no endereço: _____, representada neste ato pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____, na condição de interessada em participar da licitação em epígrafe que se encontra autuada no processo administrativo indicado, cujo objeto trata-se do **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital**, promovida pelo Município de Conselheiro Lafaiete/MG, DECLARA, sob penas da Lei, QUE CUMPRE EM SUA PLENITUDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Local e data.

(Assinatura do Representante da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A (NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0000-00, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e CPF nº 000.000.000-00, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir uma das condições da empresa, se é Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), nos termos da legislação vigente, artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/06, e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos previstos nos incisos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei.

Local e data.

**ASSINATURA DO CONTADOR
CRC:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE A COTA DE APRENDIZ

A (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-00, com sede no endereço: _____, representada neste ato pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____, na condição de interessada em participar da licitação em epígrafe que se encontra atuada no processo administrativo indicado, cujo objeto trata-se do **Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do Edital**, promovida pelo Município de Conselheiro Lafaiete/MG, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

() Cumpre a cota de aprendiz a que está obrigada, nos termos do art. 429 e seguintes da CLT, e do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

() Está dispensada da contratação de aprendizes, por se enquadrar em uma das hipóteses legais autorizadas.

* **Assinalar a alternativa correspondente.**

Local e data.

(Assinatura do Representante da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº. ____/2021

Celebrado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e

MUNICÍPIO: Município de Conselheiro Lafaiete.

FORNECEDOR:

VALOR: R\$.....

PRAZO: meses

O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 19.718.360/0001-51, com sede nesta cidade, na Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Mário Marcus Leão Dutra, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº. 597.156.426-91, de ora em diante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, NOME DA EMPRESA . – EPP., inscrito no CNPJ sob o, com sede na Rua....., nº., Bairro, na cidade CEP....., Tel....., e-mail., neste ato representado por seus sócios administradores,, portador do CPF nº e, portador do CPF nº., doravante denominado FORNECEDOR, considerando o Processo Licitatório XXX – Pregão XXX - Registro de Preço XXX e amparados no inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei 10.520/02, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, em especial seu art. 15, bem como o Decreto Municipal nº. 261/2007, Decreto Municipal nº. 366/2008, Lei Complementar nº 123/2006 e pelas demais normas e condições estabelecidas no edital de convocação e em face à classificação das propostas apresentadas no pregão supramencionado, registram os preços para a aquisição de produtos constantes nesta ata, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a aquisição

Parágrafo Único – O fornecedor vai registrar os itens....., constantes e especificados no anexo I do edital de licitação, conforme abaixo:

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	UNIT	TOTAL
TOTAL						R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A presente Ata terá os preços discriminados na proposta do Fornecedor, nos quais estão incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

Parágrafo Único - Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência desta Ata, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

O valor total estimado desta Ata é de R\$......(EXTENSO), sendo efetuado pagamento de acordo com o consumo, reservando o direito de a Administração utilizar ou não a totalidade do saldo previsto.

Parágrafo Primeiro - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo prerrogativa do ente público adquirir ou não a totalidade dos itens licitados constantes neste processo licitatório, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência em igualdade de condições, conforme art.15, §4º da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 366/08.

Parágrafo Segundo - As aquisições adicionais ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme art. 8º, §3º do Decreto Municipal nº. 366/08.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

A presente Ata terá validade pelo período de (extenso) meses com início dia:___/___/_____ e término:___/___/_____, a partir da data de sua assinatura, sendo vedada qualquer prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

O presente Registro de Preços poderá ser utilizado, para fornecimento do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

Parágrafo Único - A contratação dos itens registrados será formalizada através da emissão de Empenho Prévio e Nota de Autorização de Fornecimento, nos termos do artigo 62 da Lei Federal nº. 8.666/93 e artigo 63, §2º, inciso II da lei Federal nº. 4.320/64.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

Os produtos deverão ser entregues, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal, no prazo máximo de (extenso) dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Único- Na hipótese de substituição, o fornecedor deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento do objeto desta Ata será efetuado até oº dia útil do mês subsequente ao da apresentação da competente nota fiscal, que deverá estar acompanhada do pedido e documentação de regularidade fiscal do fornecedor, atestados pela fiscalização da Secretaria Municipal solicitante.

Parágrafo Primeiro - A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do Procedimento Licitatório e Registro de Preços que lhe deu origem, e ser entregue pelo fornecedor diretamente na Secretaria Municipal solicitante, que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

Parágrafo Segundo - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Governo do Município de Conselheiro Lafaiete.

Parágrafo Terceiro - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

Parágrafo Quarto - O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material/serviço, forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

A dotação orçamentária para o exercício de 2021, destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, sob os seguintes números:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecimento somente estará caracterizado mediante a apresentação do pedido/Ordem de Fornecimento.

9.2. O Fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que o fornecimento esteja previsto para data posterior à do seu vencimento.

9.3. O fornecimento será realizado de forma parcelada, feito de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal Solicitante.

9.4. O Município reserva-se o direito de não aceitar as mercadorias em desacordo com o previsto na presente Ata, no edital de licitação e no Termo de Referência, sob pena de cancelamento da Ata e repasse dos itens adjudicados pelo Fornecedor e aplicação penalidades pertinentes ao caso.

9.5. O quantitativo previsto nesta Ata é apenas informativo, não sendo obrigada a aquisição pelo Município nas quantidades indicadas.

9.6. O Fornecedor obriga-se a fornecer o material nas mesmas condições e preços registrados, no local e na quantidade prevista na Ordem de Fornecimento emitida pelo setor responsável.

9.7. O Fornecedor deverá responder pelas despesas relativas ao frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes ao fornecimento dos produtos objetos da presente Ata.

9.8. O Fornecedor deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

9.9. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do Fornecedor para outras entidades/empresas;

9.10. O acondicionamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os produtos deverão estar devidamente protegidos contra danos que possam ser causados por agentes externos.

9.11. Na Nota Fiscal deverão constar os números dos itens correspondentes aos produtos entregues.

9.12. Não serão aceitas entregas de mercadorias sem Notas Fiscais, ou preenchidas erroneamente.

9.13. Toda Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter o número da NAF, empenho e processo licitatório a qual está vinculada.

9.14. O Fornecedor declara estar ciente e compromete-se a cumprir todas as exigências e especificações para o fornecimento dos produtos constantes e discriminados nesta Ata, dentro das condições previstas no Processo Licitatório e seus anexos, em especial, o Termo de Referência, que faz parte integrante da presente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

10.1. DO FORNECEDOR:

a) Fornecer o especificado no objeto desta Ata, de acordo com as determinações da Secretaria Municipal Solicitante, observadas as normas legais vigentes, bem como as cláusulas e condições previstas no Processo Licitatório;

b) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista o fornecimento realizado anteriormente à emissão da Nota;

c) Manter, durante todo o fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

d) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que laborarem em função do fornecimento objeto desta Ata;

e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, ao Município ou a terceiros no fornecimento dos produtos;

f) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais.

g) Demais obrigações constantes do Edital de Licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

10.2. DO MUNICÍPIO:

- a) Credenciar, através da Secretaria Municipal solicitante os setores que serão beneficiados com a entrega do produto, bem como providenciar a sua distribuição, conforme requisições;
- b) Através das Secretarias Municipais Solicitantes no Município, proceder à recepção e conferência das Notas Fiscais/Fatura emitidas pelo Fornecedor, encaminhando-as à Diretoria de Material para devido processamento;
- c) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pelo Fornecedor, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva entrada dos produtos no almoxarifado municipal;
- d) Acompanhar e conferir o fornecimento;
- e) Efetuar os pagamentos ao Fornecedor.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A penalidade de Advertência é o aviso por escrito emitido em caso descumprimento de qualquer obrigação contratual pelo contratado, expedido pelo Procurador e assinado pelo Gestor da pasta, sendo cabível nos casos de:

- 11.1.1. Quando o contratado retardar a assinatura da Ata ou a retirada da nota de empenho;
- 11.1.2. Quando o contratado atrasar ou ensejar o retardamento na execução do objeto, por um período de até 10 (dez) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- 11.1.3. Quando o contratado não cumprir ou atrasar o cumprimento das metas estabelecidas em Ata ou em relação a qualquer cronograma previamente aprovado, sem justificativa;
- 11.1.4. Quando o contratado descumprir qualquer outra obrigação menos gravosa atinente ao objeto da Ata que não importe em dano ao erário, tão somente transtornos de cunho administrativo.

11.2. A penalidade de Multa é a sanção pecuniária que será imposta ao notificado, e será expedido pelo Procurador e assinado pelo Gestor da pasta, por descumprimento contratual ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, bem como nos casos de:

I – atrasos na execução de serviços ou no prazo de fornecimento de bens ou recusa em fornecer o material conforme especificado em edital:

- a) 1% (um por cento) sobre o valor total da Ata nos casos correspondes a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 3% (três por cento) sobre o valor total da Ata nos casos de atraso superior a 30 (trinta) dias e inferior a 60 (sessenta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata nos casos de atraso superior a 60 (sessenta) dias e inferior a 90 (noventa) dias;
- d) 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata nos casos de atraso superior a 90 (noventa) dias.

II – recusa em assinar da Ata ou inexecução contratual, que não se refira a atraso na execução do objeto.

- a) 1% (um por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar da Ata ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Contratante;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata no caso de inexecução parcial do objeto da licitação que importe em danos ao erário;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata no caso de inexecução total do objeto da licitação que importe em rescisão contratual;
- d) 3% (três por cento) sobre o valor total contratado no caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual que não implique em danos ao erário, mas, tão somente transtornos de cunho administrativo, exceto prazos de fornecimento e execução.

11.3. A multa será formalizada por simples notificação encaminhada à empresa infratora juntamente com a guia de arrecadação municipal para pagamento, e será executada após vencido o prazo de recurso sem apresentação do mesmo, sendo intempestivo ou sendo julgado improcedente, nas seguintes formas:

- I - Mediante desconto no valor da garantia de contrato, caso haja;
- II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;
- III - Mediante procedimento judicial de execução fiscal;

11.4. A penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal, e suspende o registro cadastral do notificado, de acordo com os prazos a seguir:

- I - Por até 60 (sessenta) dias, quando o a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

documentos e anexos exigidos, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

II - Por até 90 (noventa) dias, quando:

a) O contratado deixar de cumprir obrigação contratual que não implique em danos ao erário, mas, tão somente transtornos de cunho administrativo.

b) Quando o contratado atrasar ou ensejar o retardamento na execução do objeto, por um período superior a 10 (dez) dias úteis e inferior a 90 (noventa) dias úteis, contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

c) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato ou se recusar a retirar nota de empenho.

11.5. A penalidade de impedimento de contratar com a Administração Pública implica no descredenciamento do contratado, bem como na sua inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, pelos prazos e condições seguintes:

I – Em prazo não superior a 02 (dois) anos, para contratos regidos pela Lei nº. 8.666/93, entre outras, nas hipóteses de:

a) Ensejar injustificado retardamento da execução do objeto contratado;

b) Não manter a proposta;

c) Falhar gravemente na execução do contrato;

d) Ensejar inexecução contratual que cause dano ao erário;

e) Der causa a rescisão contratual;

f) Quando o contratado atrasar ou ensejar o retardamento na execução do objeto, por um período superior a 90 (noventa) dias úteis, contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

g) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

h) Não pagamento da penalidade de multa.

II – Em prazo não superior a 05 (cinco) anos, para contratos regidos pela Lei nº. 10.520/02, entre outras, nas hipóteses em que o contratado:

1. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

3. Não manter a proposta;

4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

5. Comportar-se de modo inidôneo;

6. Cometer fraude fiscal.

11.6. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, por no mínimo 02 anos e, no máximo, pelo prazo de até 05 anos, será aplicada, entre outros comportamentos e em especial quando:

I - Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

II - Comportar-se de modo inidôneo;

III - Cometer fraude fiscal;

IV - Fraudar na execução do contrato;

V - Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

VI - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

VII - Receber qualquer das multas previstas nos artigos anteriores e não efetuar o pagamento.

11.7. - As sanções previstas nos itens anteriores, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:

I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Primeiro - Em caso de o valor da multa ser superior ao valor da garantia apresentada, ou da parcela devida, responderá a notificada pela sua diferença nas maneiras supracitadas.

Parágrafo Segundo - O não pagamento da penalidade de multa ensejará a inscrição da notificada em dívida ativa e aplicação de penalidade mais gravosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Parágrafo Terceiro - A pena de Multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções.

Parágrafo Quarto - A penalidade de suspensão terá seus efeitos apenas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Quinto - São competentes para aplicar as penalidades supramencionadas a Procuradoria Municipal e o Gestor da pasta, ordenador de despesa, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório e, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar a Ata ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades de suspensão, impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal implicará, obrigatoriamente, na inscrição do infrator no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

Parágrafo Sétimo - A aplicação de qualquer penalidade, salvo de multa, deverá ser publicadas em jornal de circulação local e regional, além de encaminhamento de cópia ao Ministério Público, quando houver indícios da prática de crime contra Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, pela Administração, quando:

- a) O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) O Fornecedor não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a contrair prejuízos;
- h) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- i) A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- j) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem anuência da Administração;
- k) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e gerenciar a execução, assim como as de seus superiores;
- l) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo setor gerenciador deste contrato;
- m) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- n) A dissolução da sociedade;
- o) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

Parágrafo Primeiro - A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante à presente Ata de Registro de Preços;

Parágrafo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo Terceiro - Poderá o fornecedor solicitar o cancelamento dos preços registrados, mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Parágrafo Quarto - A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO

A presente Ata será acompanhada pelo servidor, CARGO....., que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Conselheiro Lafaiete em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor no que concerne à execução do objeto da Ata.

Parágrafo Segundo – O Fornecedor permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência desta Ata, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital de convocação e as propostas das empresas classificadas no certame supramencionado.

14.2. O Fornecedor terá o prazo entre o 7º (sétimo) e o 15º (décimo quinto) dia após a homologação do certame, ocorrida em ___/___/___ para assinatura da presente Ata, sob pena de decair o direito a registrar os preços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

14.3. Sendo cumpridas todas as obrigações e findo o prazo de vigência, este instrumento por si só se encerra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato da presente Ata será publicado por conta do Município de Conselheiro Lafaiete.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete/MG, para dirimir as questões oriundas desta Ata.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra seus efeitos legais.

Conselheiro Lafaiete, ___ de _____ de 2021.

XXXXXX
CNPJ:

Visto:

José Antônio dos Reis Chagas
Procurador Municipal

XXXXXX
Secretário Municipal de.....

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

P. ___/___.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Processo Licitatório nº 045/2021
Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2021 RP nº 018/2021

ANEXO IX

CONTRATO DE FORNECIMENTO REGISTRO DE PREÇOS

Nº. .../2021

Celebrado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e
.....

CONTRATANTE: Município de Conselheiro Lafaiete
CONTRATADO:
VALOR: R\$
PRAZO: 12 meses

O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 19.718.360/0001-51, com sede nesta cidade, na Avenida Prefeito Mário Rodrigues Pereira, nº. 10, Centro, CEP 36.400-026, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Mário Marcus Leão Dutra, residente e domiciliado neste município, portador do CPF nº. 597.156.426-91, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, inscrita no CNPJ sob o nº., com sede na Rua..... Bairro, cidade....., CEP email: neste ato representada por seu representante....., doravante denominado **CONTRATADO**, considerando o Processo Licitatório XX Pregão XX – Registro de Preço XX, e amparados no inciso II do artigo 90 da Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei 10.520/02, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, em especial seu art. 54 seguintes, bem como o Decreto Municipal nº. 261/2007 (Institui o Pregão), Decreto Municipal nº. 366/2008 (Institui o Registro de Preços) celebram o presente contrato conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição do saldo remanescente da Ata de Registro de Preço nº. XXX para fornecimento de XXXXX para atender as demandas e necessidades XXXXX, neste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O Contratado vai fornecer os itens XXXX constantes no anexo I, do edital de licitação, conforme quantidades especificadas abaixo:

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca	UNIT	TOTAL
TOTAL						R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O presente contrato terá os preços mantidos, conforme Ata de Registro de Preços nº. XXXX, nos quais estão incluídos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

O valor total estimado deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXX, sendo efetuado pagamento de acordo com o consumo, conforme cláusula oitava deste contrato, reservando o direito de a Administração utilizar ou não a totalidade do saldo previsto.

Parágrafo Primeiro - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo prerrogativa do Contratante, adquirir ou não a totalidade dos serviços licitados constantes no Processo Licitatório XXXXX – Pregão XXXXX– Registro de Preço XXXX, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme art. 15, §4º da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 366/08.

Parágrafo Segundo - As aquisições adicionais ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme art. 8º, §3º do Decreto Municipal nº. 366/08.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, ou até a aquisição total das mercadorias licitadas, observados os termos do art. 57 da Lei nº. 8666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único – O presente contrato, a critério da Administração, poderá ser prorrogado ou rescindido, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILIBRIO/REAJUSTE

Nos termos da legislação vigente, os valores constantes na Cláusula Primeira deste contrato, não sofrerão reajustes durante a sua vigência, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

Parágrafo Primeiro - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo Segundo - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

Parágrafo Terceiro - Para o reequilíbrio econômico-financeiro será necessária a apresentação de documentos comprobatórios que justifique os insumos, bem como a verificação e garantia da proposta mais vantajosa para a Administração.

Parágrafo Quarto – Na ocorrência de renovação contratual ou prorrogação do prazo de vigência do presente contrato somente conceder-se-á realinhamento de preços após o decurso do prazo de 01 (um) ano, contado da data de apresentação da proposta, comprovada a alteração do valor pelo órgão federal de controle.

Parágrafo Quinto – O realinhamento não é automático, devendo ser solicitado por manifestação expressa do Contratado, mediante a comprovação da onerosidade do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

O prazo para entrega dos produtos não excederá a XXXXXXXXXXXXX, contados do recebimento de cada Autorização de Empenho, sob pena de caracterizar inexecução contratual passível de aplicação das sanções legais.

Parágrafo Primeiro – Os produtos objetos do presente contrato serão entregues de forma parcelada, conforme ata de registro de preço e no prazo requerido pela Secretaria Municipal Solicitante.

Parágrafo Segundo - O Contrato não poderá adiar o prazo de entrega sob a justificativa de solicitação em quantitativo pequeno, estando ciente de que a aquisição e a entrega dos itens se darão de forma parcelada, sob pena de caracterizar-se inexecução contratual passível da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro - Os produtos que apresentarem defeitos ou quaisquer avarias que impossibilitem seu uso deverão ser substituídos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, a partir da data de comunicação feita pelo Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento do objeto deste contrato será efetuado até o XX (XXXXX) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento, mediante a apresentação da competente nota fiscal, atestada pela Secretaria Municipal Solicitante.

Parágrafo Primeiro - A nota fiscal correspondente deverá constar o número do Procedimento Licitatório e Registro de Preços que lhe deu origem, e ser entregue pelo Contratado, diretamente na Secretaria Municipal Solicitante, que somente atestará a prestação dos serviços e liberará a referida nota fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

Parágrafo Segundo - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao contratado para correção e o pagamento ficará pendente até que o mesmo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

Parágrafo Terceiro - Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

Parágrafo Quarto - A liquidação do pagamento está adstrita à regularidade documental e fiscal do Contratado, facultando-se ao Contratante a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, caso o Contratado não mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

Parágrafo Quinto - O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material/serviço forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2019 ou a que vier a lhe substituir:

XX
XX
XX
XX

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1. O fornecimento somente estará caracterizado mediante a apresentação do pedido/Ordem de Fornecimento.

10.2. O Contratado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato, mesmo que o fornecimento esteja previsto para data posterior à do seu vencimento.

10.3. O fornecimento será realizado de forma parcelada, feito de acordo com o cronograma de entrega da secretaria solicitante.

10.4. O Contratante reserva-se o direito de não aceitar as mercadorias em desacordo com o previsto no presente contrato e no edital de licitação, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da lei nº. 8.666/93.

10.5. O Contratado obriga-se a fornecer os produtos nas mesmas condições e preços registrados, no local e na quantidade prevista na Ordem de Fornecimento emitida pelo setor responsável.

10.6. O Contratado deverá responder pelas despesas relativas ao frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes ao fornecimento dos produtos do objeto do presente contrato.

10.7. O Contratado deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Conselheiro Lafaiete ou a terceiros, em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

10.8. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade do Contratado para outras entidades/empresas;

10.9. O Contratado, uma vez detectada quaisquer variações, alterações, adulterações, vícios ocultos ou anomalias que interfiram na qualidade dos produtos fornecidos, deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem ônus para o Contratante.

10.10. O acondicionamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado. Os produtos deverão estar devidamente protegidos contra danos que possam ser causados por agentes externos.

10.11. Na Nota Fiscal deverão constar os números dos lotes correspondentes aos produtos entregues.

10.12. Não serão aceitas entregas de mercadorias sem Notas Fiscais, ou preenchidas erroneamente.

10.13. Toda Nota Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter o número da NAF, empenho e processo licitatório a qual está vinculada.

10.14. O quantitativo previsto neste contrato é apenas informativo, não obrigando o Contratante a realizar as compras na quantidade indicada.

10.15. O material deverá ser entregue no endereço: Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, neste Município.

10.16. O Contratado declara estar ciente e compromete-se a cumprir todas as exigências e especificações para o fornecimento dos equipamentos constantes e discriminados no edital do processo licitatório e seus anexos, em especial, o Termo de Referência, que faz parte integrante do presente contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:

11.1. DO CONTRATADO:

- a) Fornecer os produtos conforme o especificado no objeto deste contrato, de acordo com as determinações da Secretaria Solicitante, observadas as normas legais vigentes, bem como as cláusulas e condições previstas neste contrato;
- b) Emitir as Notas Fiscais/Fatura tendo em vista os serviços realizados anteriormente à emissão da Nota;
- c) Manter, durante toda a o período de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;
- d) Responsabilizar-se pelas relações trabalhistas de seus funcionários que trabalharem em função do contrato;
- e) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros na execução do serviço;
- f) Assumir integralmente o ônus tributário incidente sobre as notas fiscais que emitir, permitindo-se, no pagamento das faturas, os descontos legais.
- g) Entregar os produtos acondicionados adequadamente, em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços.
- h) Substituir o objeto em desacordo à proposta ou às especificações desta licitação, ou que por ventura seja entregue com defeitos ou imperfeições.
- i) Responder pelas despesas relativas à impostos, taxas, frete e quaisquer outras que forem devidas referente ao objeto.
- j) Fornecer os objetos deste certame de acordo com as "AE" – Notas de Autorização de Empenho, emitidas pelo Setor de Compras.
- k) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- l) Demais obrigações constantes neste contrato, bem como no Edital de Licitação e Termo de Referência.

11.2. DO CONTRATANTE:

- a) Credenciar, através das Secretarias Municipais Solicitantes os setores que serão beneficiados com a entrega do produto, bem como providenciar a sua distribuição, conforme requisições;
- b) Através das Secretarias Municipais Solicitantes, proceder à recepção e conferência das Notas Fiscais/Fatura emitidas pelo Contratado, encaminhando-as à Diretoria de Material para devido processamento;
- c) Aprovar as Notas Fiscais/Fatura apresentadas pelo Contratado, assegurando o pagamento das mesmas mediante a compatibilização desta com a efetiva entrada dos produtos no almoxarifado municipal;
- d) Acompanhar e conferir o fornecimento dos produtos;
- e) Efetuar os pagamentos ao Contratado.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 – Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

I – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II – Cancelamento do preço registrado/Contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos.

12.2 – Por atraso injustificado na execução do contrato:

I – multa moratória nos seguintes percentuais:

a) Os primeiros 05 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da prestação do serviço, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação que rege a matéria.

b) A partir do 6º (sexto) dia, multa de 2% (dois por cento), também calculada sobre o valor do serviço prestado, conforme Art. 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

II – Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso;

III – Cancelamento do preço registrado.

12.3 – Por inexecução total ou execução irregular do contrato de prestação de serviço:

I – Advertência por escrito nas faltas leves;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida ou da totalidade da prestação do serviço não executado;

III – Suspensão temporária de participação e, licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos nos casos de:

I – ensejar o retardamento da execução do certame;

II – não manter a proposta;

III – comportar-se de modo inidôneo;

IV – fizer declaração falsa;

V – cometer fraude fiscal;

VI – falhar ou fraudar na execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da Contratado vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

Parágrafo Segundo - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Conselheiro Lafaiete, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pelo Governo do Município de Conselheiro Lafaiete.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente no Governo do Município de Conselheiro Lafaiete, em favor da Contratado vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Parágrafo Quarto - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Quinto - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à Contratado vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Sexto – As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no registro cadastral deste Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado:

13.1. Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação dos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei.

13.2. Por acordo entre as Partes:

a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo Contratante, quando:

a) O Contratado não cumprir as obrigações constantes deste contrato;

b) O Contratado não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) O Contratado der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a contrair prejuízos
- h) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos
- i) A paralisação da prestação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- j) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
- k) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e gerenciar a execução, assim como as de seus superiores;
- l) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo setor gerenciador deste contrato;
- m) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- n) A dissolução da sociedade;
- o) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

Parágrafo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

Poderá ser solicitado o cancelamento do presente contrato quando:

- Mediante solicitação, por escrito, do Contratado, com comprovação da impossibilidade de cumprir as exigências deste contrato;
- A juízo do Contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

Parágrafo Único - A solicitação do Contratado para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada ao Contratante a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GERENCIAMENTO

O presente Contrato será acompanhado pelo servidor XXXXXXXXXXXXX que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com a Contratada para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Conselheiro Lafaiete, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva do Contratado vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

Parágrafo Segundo – O Contratado permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram este Contrato, o edital de convocação, seus anexos, o termo de referência, bem como a Ata de Registro de Preços nº. XXXXXX, independentemente de suas transcrições.

17.2. O Contratado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da convocação regular, para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

17.3. Sendo cumpridas todas as obrigações e findo o prazo de vigência, este instrumento por si só se encerra.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado por conta do Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete/MG, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que cumpra seus efeitos legais.

Conselheiro Lafaiete, XX de XX de 2021.

XXXXXXXXXX
CNPJXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX
Secretário de XXXXXXXXXXXXXXX

José Antônio dos Reis Chagas
Procurador Municipal

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal